RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

A Companhia

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária BR 040 S.A. – Via040.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Via 040: A "Concessionária BR 040 S.A. – Via040" ou "Companhia" é uma sociedade por ações de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do sistema rodoviário da BR-040. Foi constituída em 2014, sendo o contrato de concessão no trecho compreendido entre Brasília-DF e Juiz de Fora-MG, com extensão de 936,8 quilômetros, assinado com o Governo Federal em 12 de março de 2014, pelo prazo de 30 anos. A Companhia é uma empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR. A Invepar é umas das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto à ANTT pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 13.448/2017. No dia 7 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.957/2019 do Poder Executivo regulamentando o procedimento para relicitação de que trata a referida Lei. Neste dia, a Companhia então divulgou por meio de Fato Relevante que prosseguiria com os trâmites para a devolução amigável da concessão, nos termos do referido Decreto. No dia 20 de agosto de 2019, a Companhia protocolou junto ao órgão regulador, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o complemento do teor do requerimento de relicitação da Concessão. No dia 28 de novembro de 2019, a ANTT publicou a Deliberação nº 1.015, atestando a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 13 de janeiro de 2020, os Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Infraestrutura, publicaram a Resolução Nº 105 onde opinaram favoravelmente e submeteram à deliberação do Presidente da República a qualificação do pedido de relicitação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI. Em 18 de fevereiro de 2020, o Presidente da República, por meio do Decreto Nº 10.248, deliberou pela qualificação da relicitação da BR-040/DF/GO/MG no âmbito do PPI.

Destaques do Ano: Um dos maiores destaques para a Companhia em 2019 foi o avanço nas etapas para a efetivação da relicitação amigável da concessão, com a publicação da Deliberação nº 1.015, onde o órgão regulador atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento formulado pela Via 040. A Gestão Centralizada de rodovias na controladora Invepar também foi um dos destaques, com a criação, em abril de 2019, do Escritório do Projetos, núcleo altamente especializado e responsável pela gestão dos investimentos e do portfólio do Grupo Invepar. A Invepar foi pioneira na introdução do SGR, Sistema de Gestão de Rodovias. Na Companhia, a implantação do SGR foi concluída em outubro do último ano.

Por fim, as ações voltadas para a preservação do meio ambiente também estão entre os destaques, especialmente o Programa de Proteção à Fauna e o Projeto Raízes, os quais serão melhor abordados ao longo deste relatório.

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão pela Qualidade Total: Em 2019, o Grupo Invepar implementou iniciativas voltadas para a gestão de pessoas, desenvolvimento de carreira e melhoria do clima. Diversos encontros, workshops e palestras foram realizados ao longo do ano, como a Academia de Liderança, que têm como objetivo compartilhar as lições aprendidas, melhores práticas e consolidar os aprendizados para o fortalecimento das lideranças do Grupo Invepar. A Invepar também adotou a Gestão de Mudança, voltada para a gestão do fator humano na liderança de projetos de forma a engajar os evolvidos na superação dos desafios para alcançar as metas estratégicas. Em termos de processos, nos últimos anos a Invepar desenvolveu um modelo de gestão centralizado, que otimizou e trouxe sinergia para as áreas administrativa, financeira, suprimentos, operações e outras. Em 2019, este desenvolvimento se intensificou no segmento de rodovias. A Invepar criou o Escritório de Projetos, com um núcleo de profissionais altamente capacitados para desenvolver e atender as demandas do Grupo. Mais de 60 colaboradores receberam treinamento nas Metodologias de Portfólio e Projetos, onde aprenderam como as boas práticas de gestão de projetos devem ser aplicadas para maximizar as estratégias organizacionais. Durante a capacitação, os conteúdos sobre as técnicas de gerenciamento e os conceitos puderam ser exercitados em projetos reais. Esta iniciativa contribui para a condução eficiente, aumento da maturidade e ampliação da cultura de gerenciamento de projetos no Grupo. A Invepar também foi a primeira gestora de rodovias do país a adotar o Sistema de Gestão de Rodovias – SGR, que padroniza e reduz os riscos operacionais e melhora o controle e gestão da rodovia. A plataforma tem a finalidade de atuar como um sistema multi-concessão, que integra de forma padronizada e centralizada diferentes áreas de negócios, automatizando processos em oito módulos: almoxarifado, atendimento, faixa de domínio, regulatório (gestão de contratos de concessão), ITS (Intelligent Transportation System), manutenção, mobile e operações. Em 2019, todas as rodovias controladas pela Invepar passaram a utilizar esta solução. Os principais benefícios do SGR são: • Gestão unificada e centralizada; • Rápida inclusão de novas unidades de negócios; • Solução proprietária, minimizando a dependência com integradores; • Rápida consolidação de informações estratégicas para tomada de decisão; • Aumento da performance operacional através da padronização e automatização de processos; • Aderência das obrigações regulatórias; e • Facilidade na aplicação de melhorias e novas funcionalidades. Em 2019 o Grupo Invepar também adotou o sistema NEXTfleet, aplicativo que funciona de forma integrada com o SGR onde é possível consultar informações em tempo real sobre a frota e condutores, garantindo a melhoria da comunicação, eliminação de processos manuais e aprimoramento na gestão de frotas.

Ética e Compliance: Nos últimos anos, a controladora Invepar estruturou um Programa de Compliance, tendo este passado por Auditoria Externa que atestou sua eficiência. No último ano, este Programa de Integridade evoluiu de forma significativa, conforme diagnóstico realizado por consultoria internacional. Esse reconhecimento é fruto de um robusto trabalho desempenhado para implementar e disponibilizar processos e normativos, consolidar um canal de denúncias terceirizado, um Comitê de Ética atuante, ministrar treinamentos regulares e realizar due diligences de integridade de parceiros de negócios. Em 2019, a Diretoria de Compliance e Riscos da Invepar realizou treinamentos para colaboradores e para prestadores de serviços em diferentes unidades de negócios do Grupo. Na Via 040, o treinamento aconteceu no mês de setembro. Este tipo de ação, prevista no Programa de Integridade, tem como objetivo compartilhar os principais normativos e processos e destaca a importância da transparência e da ética nas relações cotidianas, o cumprimento do contrato de prestação de serviços, bem como a utilização adequada do Canal de Denúncia. Como consequência deste trabalho, pelo segundo ano consecutivo, o Grupo Invepar foi reconhecido como uma das empresas mais éticas do país pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios. Para 2020, a controladora tem como meta a consolidação do nível de integração. Além da evolução em aspectos como tecnologia, treinamento e identificação de riscos, o Grupo visa também a normalização do processo.

Relacionamento com a Sociedade: As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. Os projetos sociais do Grupo são desenvolvidos pelo Instituto Invepar com parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações das concessões sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. O Instituto Invepar desenvolve, ainda, projetos de caráter social nas áreas de esporte, meio ambiente, cultura e educação. A seguir serão listadas algumas inciativas de caráter social do Grupo Invepar.

Programa Atitude Segura & Gentileza: Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Projeto Aliança pela Vida: Grupo de trabalho formado pela Via 040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, sendo verificada uma redução de 73% nos acidentes envolvendo caminhões no Anel Rodoviário de Belo Horizonte – MG.

Meio Ambiente: Sempre vigilante às questões ambientais, a Via 040 monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida pela Matriz, diversos KPIs são desdobrados da Invepar para as empresas controladas, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção da Invepar através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos. Em 2019 a Companhia deu início ao projeto Raízes para o Futuro, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O projeto consiste no plantio e manutenção de árvores. Em Minas Gerais, o projeto está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP), localizado às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D'Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia. Os três locais irão receber, ao todo, mais de 450 mil novas árvores, contribuindo para a conservação ambiental e propiciando a produção de água, o desenvolvimento da flora e a proteção da fauna nas regiões beneficiadas.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos. Lembrando que as operações da Companhia foram iniciadas no 3T15 e por isso os números daquele ano são menores:

Consumo de Água: O consumo de água reduziu no último na devido ao tratamento das estruturas com vazamentos identificados ao longo da via. O consumo de energia por geradores foi maior em 2019 e por isso houve redução no consumo da energia fornecida pelas concessionárias locais.

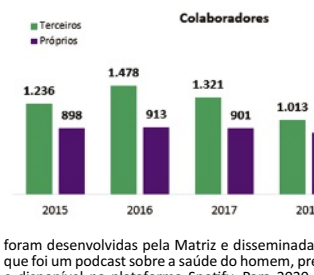
Consumo de Energia: Em 2019 houve um aumento do uso dos geradores de energia, em virtude de oscilações de tensões e queda de energia nas praças de pedágio, tendo como consequência a redução no consumo da energia fornecida pelas Concessionárias locais.

Consumo de Combustível: Em 2019 houve aumento no uso dos geradores de energia, conforme mencionado acima. Assim, foi necessário o aumento do consumo de óleo diesel para o abastecimento de tais geradores.

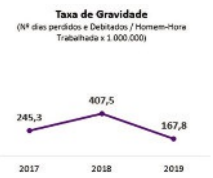
Emissões de GEE (Escopo 1 e 2): Em 2019 tivemos redução de emissões, principalmente nas do Escopo 2, pelo menor consumo de energia elétrica. Em 2018 foi necessário fazer a supressão emergencial de 1.286 árvores com risco iminente ao usuário da rodovia e, por isso, naquele período, o indicador de emissões, especialmente as de Escopo 1, ficou maior.

Recursos Humanos

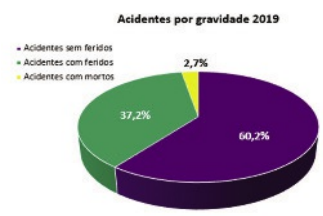
Uma das frentes para a melhoria do clima organizacional no Grupo Invepar são as ações voltadas para a saúde e bem-estar dos colaboradores. Em 2019, o Grupo passou a contar com o Gympass, aplicativo que viabiliza o acesso a diversas academias e locais para a prática de atividades físicas e que foi implementado para que os funcionários e seus familiares (cônjuges e filhos) tenham mais saúde e qualidade de vida. Em 2019, as ações Corporativas voltadas para saúde, prevenção, conscientização e bem-estar dos colaboradores, como o Novembro Azul, foram desenvolvidas pela Matriz e disseminadas por todo o Grupo e tiveram uma novidade, que foi um podcast sobre a saúde do homem, preparado em parceria com o Instituto Oncoguia e disponível na plataforma Spotify. Para 2020, estão previstas a implantação de iniciativas diversas voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores. Questões relacionadas à saúde mental e à conscientização sobre doenças como a depressão, transtornos de ansiedade e a síndrome do Burnout também entraram para pauta de Campanhas Corporativas de 2020. O Grupo Invepar encerrou dezembro de 2019 com ZERO ACIDENTE em todas as empresas, uma importante conquista, e que é resultado do envolvimento e comprometimento de todos os quase 7 mil colaboradores, incluindo os da Via 040. Ações voltadas para a redução e prevenção de acidentes são promovidas pela Invepar para todas as empresas do Grupo, bem como treinamentos e instruções práticas e teóricas. Dentre essas ações, destaque para o Programa Atitude Segura Sempre, com foco na conscientização e prevenção de acidentes, alinhado às melhores práticas do mercado. Destaque também para a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), realizada em todas as empresas do Grupo. Os eventos contaram com uma série de atividades a fim de fomentar a conscientização a respeito de temas ligados à saúde e segurança no trabalho e no cotidiano, com foco na prevenção de acidentes e na qualidade de vida.

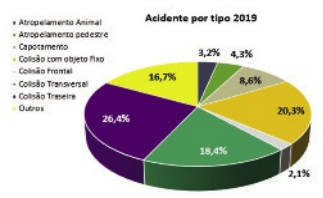


Os resultados dessas ações podem ser vistos nos indicadores a seguir:



Segurança no Trânsito: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e por quantidade de sinistros. A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.





Dados da Operação da Concessão

Veículos Alocados: Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículos	Quantidade	Qtde/100Km
AMBULÂNCIA	31	3
BOIADEIRO	6	1
CAÇAMBA	2	0
COMPRESSOR	3	0
EMPILHADEIRA	2	0
FURGÃO	23	2
PIPA / GUINCHO / MINI CARREGADEIRA	45	5
MOTOCICLETA	4	0
MUNCK	6	1
PICK-UP	26	3
PINTURA	3	0
CESTO AÉREO	1	0
ROLO COMPACTADOR / VIBRATÓRIO	3	0
SEMI REBOQUE / CARRETINHA	14	1
VEÍCULO ADMINISTRATIVO	65	7
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	15	2
Total	**249**	**27**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo da Função	Quantidade	Qtde/VDMA
GERENTE OPERAÇÃO VIA040	1	52
COORD OPERAÇÃO	4	206
SUPERVISOR OPERAÇÃO	4	206
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	52
SUPERVISOR CCO RODOVIAS	1	52
OPERADOR CENTRO CONTROLE OPERACIONAL	18	928
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO I	166	8.557
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO II	34	1.753
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO III	4	206
AUXILIAR OPERAÇÃO	4	206
Total de Pessoal Operacional	**237**	**12.216**
SUPERVISOR PESAGEM	1	52
OPERADOR PESAGEM	21	1.082
Total de Pessoal Pesagem	**22**	**1.134**
LÍDER PRAÇA	44	2.268
MOTORISTA	15	773
OPERADOR PEDÁGIO	295	15.206
Total de Pessoal de Pedágio	**354**	**18.247**
Total de Pessoal	**613**	**31.598**

Política de Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Desde a sua constituição e até o último exercício social, inclusive, a Companhia não auferiu lucros e, por isso, não foram distribuídos dividendos, bem como outros tipos de proventos ao seu acionista controlador.

Planejamento Empresarial: A Companhia tem obtido resultados satisfatórios no atingimento das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e demandas da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

O planejamento empresarial é parte fundamental para o êxito nos processos de adaptação às mudanças aceleradas no setor em que a Companhia atua.

Resultados

Contexto Econômico: Nos últimos 5 anos o país passou por um período de fraco desempenho em termos econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) da última década registrou crescimento médio anual de 1,4%. Este ritmo mais lento de crescimento na segunda metade da década, teve como consequências o retrocesso em algumas questões sociais, como os níveis de emprego e renda, a retração nos investimentos, a baixa performance do setor produtivo, além do abalo nos níveis de confiança dos mercados e das famílias. Iniciamos 2020 com expectativas melhores e com a esperança de que o país sairia de uma recessão histórica. No Relatório de Mercado Focus divulgado dia 3 de fevereiro deste ano, a expectativa de crescimento da economia em 2020 era de 2,30%. O cenário de juros historicamente mais baixo e a sinalização de que as reformas políticas estavam acontecendo – a Reforma da Previdência foi promulgada em novembro de 2019 – reforçavam a expectativa de retomada do crescimento. Contudo, faz-se necessário comentar sobre os efeitos da rápida disseminação do Coronavírus (COVID-19) no país, com impacto direto nos negócios, bem como os riscos e dúvidas aos quais as companhias estão expostas. Ainda não se sabe qual será o tamanho do impacto do COVID-19 na economia local e global e quanto tempo será necessário para conter o avanço do vírus. As projeções de bancos e instituições financeiras estão passando por uma série de revisões e ajustes a partir das atualizações sobre a propagação e contenção da pandemia. Neste contexto, não estão excluídas as possibilidades de estagnação ou de retração da atividade econômica. Esta deterioração do cenário econômico está relacionada, dentre outros fatores, à possibilidade de paralisação de alguns setores e atividades, à queda no consumo causada pelas restrições de mobilidade, à desaceleração da economia local e global e à piora das condições financeiras e de liquidez. As companhias, o mercado e a população em geral esperam que os governos implementem rapidamente as medidas emergenciais e as reformas necessárias para mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no desenvolvimento econômico e social do país. Neste momento, não é possível passar uma expressão exata das eventuais consequências do avanço do Coronavírus para a continuidade dos negócios e/ou para as estimativas contábeis. No entanto, não se pode descartar que algumas medidas que já vem sendo implementadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade e à paralisação de alguns setores, poderão afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Não é possível precisar por quanto tempo essas medidas irão perdurar, mas a administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Receita e Mercado: As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária BR 040 S.A. – Via040 são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A tarifa praticada em 2019 foi R$ 5,30. Em 2019, passaram 70,7 milhões de veículos nas 11 praças de pedágio, volume 5,7% maior em relação a 2018. A receita com pedágio da Companhia atingiu a marca de R$ 374,4 milhões, crescimento de 6,4 % sobre 2018. Quando adicionadas as receitas acessórias obtidas no período, o montante registrado passa a R$ 382,9 milhões.

Indicadores Operacionais

Caracterização do Tráfego: Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente. O Volume Diário Médio Equivalente previsto não foi exigido quando da proposta para esta concessão.

Desempenho Operacional

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma recuperação no tráfego em 2019. Ainda de acordo com a ABCR, em 2019, o desempenho do fluxo de veículos apresentou crescimento entre todos os tipos de veículos e regiões, ainda que de forma diferenciada. Esse crescimento foi influenciado pelo quadro de retomada da economia ao longo de 2019 e, considerando uma perspectiva de maior retomada da economia brasileira para 2020, é esperada uma nova expansão no fluxo de veículos. No entanto, esses indicadores devem ser cuidadosamente analisados pois, quando comparados a 2018, estão sob efeito da greve dos caminhoneiros, ocorrida entre os dias 21 e 31 de maio de 2018, que reduziu substancialmente o fluxo de veículos pelas rodovias.

Desempenho Operacional (Mil)	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
VEPs[1]	**18.402**	**17.609**	**4,5%**	**70.646**	**66.849**	**5,7%**
Veículos leves	5.522	5.387	2,5%	21.061	20.320	3,7%
Veículos Pesados	12.880	12.222	5,4%	49.585	46.529	6,6%
Tráfego[2]	**8.801**	**8.526**	**3,2%**	**33.750**	**32.588**	**3,6%**
Veículos Leves	5.569	5.435	2,4%	21.330	20.725	2,9%
Veículos Pesados	3.050	2.916	4,6%	11.715	11.174	4,8%
Veículos Isentos	182	175	4,0%	705	690	2,2%
Tarifa Média (R$)	**5,30**	**5,20**	**1,9%**	**5,30%**	**5,27**	**0,6%**

[1]VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo;

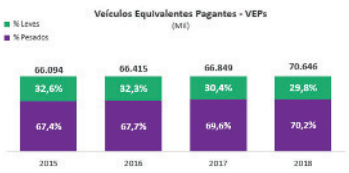
[2]Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código C581-5E1F-3BBA-F310.

UMA EMPRESA invepar RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00

A Via040 registrou 70,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2019, um recorde para a Companhia, representando um aumento de 5,7% em relação a 2018. Este resultado é melhor ainda quando analisada a performance de veículos pesados, que representam cerca de 70% do tráfego na rodovia e cresceram 6,6% em 2019 quando comparado ao ano anterior. É importante ressaltar que o resultado de 2019, quando comparado a 2018, considera o efeito da greve dos caminhoneiros, que ocorreu no período de 21 a 31 de maio de 2018 e impactou diretamente o fluxo de veículos pesados e leves. Ao colocar os números de 2019 e de 2018 na mesma base de comparação, ou seja, excluindo de ambas as bases o período de 21 a 31 de maio, o resultado é de crescimento de 3,5% em 2019 comparado a 2018.



O aumento no número de VEPs pesados está relacionado principalmente ao bom desempenho das mineradoras no entorno da rodovia, que a utilizam no trajeto até a ferrovia por onde o minério segue viagem até o destino final. Já o desempenho de veículos leves melhorou, principalmente, pela recuperação da economia verificada ao longo do ano. No quarto trimestre de 2019, a Companhia registrou 18,4 milhões de VEPs em suas praças de pedágio frente a 17,6 milhões no mesmo período do ano anterior, o que representou um aumento de 4,5%.

Aspectos Financeiros

Aspectos Gerais: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão.

Receita - R$ mil	2019	Acumulada
Receita com Pedágio	374.429	1.505.642
Receita extraordinária	8.449	42.259
Total	**382.878**	**1.547.901**

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos - R$ mil	2019	Acumulada
Investimentos	113.596	1.366.379
Custos Operacionais - R$ mil	**2019**	**Acumulada**
Custos Operacionais	227.305	1.035.206

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base e no acumulado desde o início das operações.

ISS - R$ mil	2019	Acumulada
ISS	18.234	68.867

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em todas as praças de pedágio, por categoria de veículo e em reais.

	Categoria de Veículo											
Cobrança	**1 eixo simples**	**0,5 eixo simples**	**1,5 eixo simples**	**2 eixos simples**	**2 eixos duplos**	**3 eixos duplos**	**4 eixos duplos**	**5 eixos duplos**	**6 eixos duplos**	**7 eixos duplos**	**8 eixos duplos**	**9 eixos duplos**
Durante todo o ano de 2019	5,30	2,65	7,95	10,60	10,60	15,90	21,20	26,50	31,80	37,10	42,40	47,70

Receitas

Receita Operacional (R$ Mil)	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
Receita Bruta	**103.841**	**125.928**	**-17,5%**	**484.704**	**439.751**	**10,2%**
Receitas com Pedágio	97.579	92.892	5,0%	374.429	351.973	6,4%
Receitas Acessória	2.490	1.830	36,1%	8.449	8.634	-2,1%
Receita de Construção (IFRS)	3.773	31.206	-87,9%	101.827	79.143	28,7%
Receita Bruta Ajustada[1]	**100.068**	**94.722**	**5,6%**	**382.878**	**360.608**	**6,2%**
Deduções da Receita Bruta	(8.235)	(7.933)	3,8%	(31.694)	(30.158)	5,1%
Receita Líquida Ajustada[1]	**91.834**	**86.790**	**5,8%**	**351.184**	**330.450**	**6,3%**

[1] Desconsidera os impactos da IFRS em relação à Relação de Construção. A Receita Líquida Ajustada aumentou 6,3% no ano de 2019 em relação a 2018, e atingiu R$ 91,8 milhões no quarto trimestre de 2019, 5,8% superior à verificada no mesmo período do ano anterior, ambos refletindo o aumento no número de VEPs, especialmente os pesados.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R$ Mil)	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
Pessoal	(12.263)	(11.133)	10,2%	(49.781)	(45.178)	10,2%
Conservação & Manutenção	(15.345)	(10.673)	43,8%	(52.945)	(51.150)	3,5%
Demais despesas operacionais e administrativas	(175.393)	(56.275)	211,7%	(254.461)	(100.848)	152,3%
Custos & Despesas Administráveis	**(203.001)**	**(78.081)**	**160,0%**	**(357.187)**	**(197.176)**	**81,2%**
Impairment[1]	(375.276)	(93.733)	300,4%	(375.276)	(93.732)	300,4%
Depreciação e amortização	(19.429)	(17.132)	13,4%	(70.662)	(65.255)	8,3%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(597.706)**	**(188.946)**	**216,3%**	**(803.125)**	**(356.163)**	**125,5%**
Provisão para manutenção (IFRS)	(1.024)	(3.080)	-66,8%	(3.743)	(4.250)	-11,9%
Custo de Construção (IFRS)	(3.773)	(30.897)	-87,8%	(101.827)	(78.359)	29,9%
Custos & Despesas Operacionais	**(602.502)**	**(222.922)**	**170,3%**	**(908.695)**	**(438.773)**	**107,1%**

[1] Redução ao valor recuperável do ativo; [2] Desconsiderar os impactos do IFRS em redação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Custos e Despesas Administráveis totalizaram R$ 357,2 milhões no ano de 2019, um aumento expressivo comparado a 2018. O aumento na linha de Pessoal é explicado por maiores gastos com salários e benefícios. O aumento dos gastos com Conservação & Manutenção é explicado pelo prolongamento da manutenção de rotina de alguns trechos e pela implantação de radares. A partir de 2019, as obras de contenção passaram a ser classificadas como custos de Conservação e Manutenção ao invés de Despesas Operacionais, contribuindo para o aumento da linha Demais despesas operacionais e administrativas. Em Demais Despesas Operacionais e Administrativas, tivemos maiores gastos com manutenção de veículos, combustíveis e lubrificantes, conforme demanda da via, e aumento na linha de contingências judiciais. Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados foram impactados por novo reconhecimento de perdas, após atualização dos testes de *Impairment*. Os itens do ativo intangível e imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização (*Impairment*). A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foram considerados: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em dezembro de 2021; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente a adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, sendo recebido em duas parcelas: a primeira em 2022, logo após a devolução e em soma suficiente para quitação da dívida com o BNDES, e a segunda em 2026, após processo judicial de arbitragem; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; e (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTNB-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização. As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 13,8% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,75% sobre o período 2020 a 2026; e valor de indenização correspondente ao valor do saldo de investimento projetado e não amortizado em dezembro de 2021. Maiores informações podem ser verificadas nas Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2019, notas explicativas nº 7 e nº 8.

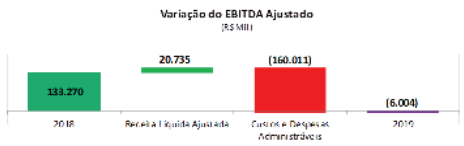
EBITDA

EBITDA e MARGEM EBITDA (R$ Mil)

	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(531.500)	(131.724)	303,5%	(554.598)	(134.328)	n.m
Resultado Financeiro Líquido	24.985	27.072	-7,7%	100.435	103.024	-2,5%
IRPJ & CSLL	(380)	(275)	38,2%	(1.521)	2.120	n.m
Depreciação e Amortização	19.429	17.132	13,4%	70.662	65.255	8,3%
EBITDA ICVM 527	**(487.466)**	**(87.795)**	**455,2%**	**(385.023)**	**36.071**	**n.m**
Margem EBITDA	**-509,9%**	**-74,4%**	**n.m**	**-85,0%**	**8,8%**	**-93,8 p.p.**
Receita de Construção (IFRS)	(3.773)	(31.206)	-87,9%	(101.827)	(79.143)	28,7%
Custo de Construção (IFRS)	3.773	30.897	-87,8%	101.827	78.359	29,9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	1.024	3.080	-66,8%	3.743	4.250	-12,0%
Impairment[2]	375.276	93.733	300,4%	375.276	93.732	300,4%
EBITDA Ajustado[1]	**(111.167)**	**8.710**	**n.m**	**(6.004)**	**133.270**	**-104,5%**
Margem EBITDA Ajustada[1]	**-121,1%**	**10,0%**	**n.m**	**-1,7%**	**40,3%**	**-42,0 p.p.**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção, à Provisão para Manutenção.

A redução do EBITDA é explicada, principalmente, pelo reconhecimento de perdas *(Impairment).*



Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R$ Mil)	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
Resultado Financeiro	**(24.985)**	**(25.177)**	**-0,8%**	**(100.435)**	**(103.024)**	**-2,5%**
Receitas Financeiras	**489**	**97**	**n.m**	**1.445**	**571**	**n.m**
Descontos obtidos	–	–	–	598	–	–
Juros sobre Aplicações Financeiras	109	97	11,3%	347	527	-34,0%
Variação monetária ativa	380	–	–	500	45	–
Despesas Financeiras	**(25.474)**	**(25.274)**	**0,8%**	**(101.880)**	**(103.595)**	**-1,7%**
Comissões e despesas bancárias	(6.909)	(992)	n.m.	(16.006)	(14.687)	9,0%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.965)	(18.390)	n.m.	(60.397)	(64.290)	-6,1%
Variação monetária passiva	(191)	(1.255)	n.m.	(2.618)	(6.424)	-59,2%
Outros[1]	(9.409)	(4.637)	n.m.	(22.859)	(18.193)	25,6%

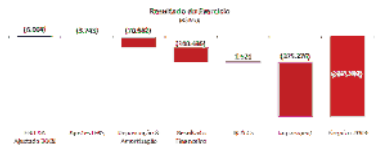
[1] Parte deste valor refere-se a Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantia (fiança).

O Resultado Financeiro Líquido de 2019 ficou melhor quando comparado a 2018, devido, principalmente, a menores despesas com variação monetária.

Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R$ Mil)	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	**(531.500)**	**(131.724)**	**n.m.**	**(554.598)**	**(134.328)**	**n.m.**

A Via 040 encerrou o ano de 2019 com Prejuízo Líquido de R$ 554,6 milhões, refletindo, principalmente, o efeito causado pelo teste de *Impairment* mencionado anteriormente.



Fluxo de Caixa: No último ano, a Via 040 apresentou saldo final de caixa de R$ 19,1 milhões, um aumento de 56,6% em relação a 2018, explicado pela maior geração de caixa das atividades operacionais e de financiamento.

Investimentos: Durante o ano de 2019, foram investidos R$ 111,8 milhões em projetos que atendem os parâmetros contratuais, como pavimentação, terraplanagem, estrutura de contenção, sistemas de drenagem e os voltados para a segurança viária.

Investimentos (R$ mil)	2019	2018	Δ
Investimento Total	**111.813**	**62.890**	**77,8%**
Imobilizado	**1.447**	**309**	**n.m**
Intangível	**113.596**	**88.386**	**28,5%**
Intangível em construção	112.952	87.993	28,4%
Direito de concessão	644	393	63,9%
(-) Transação Não Caixa	**(3.230)**	**(25.112)**	**-87,1%**
(-) Margem de Construção	**–**	**784**	**n.m.**

Captações de Recursos

Disponibilidades e Endividamento (R$ mil)	2019	2018	Δ
Dívida Bruta	**(807.704)**	**(884.647)**	**-8,7%**
Curto Prazo	**(44.142)**	**(878.513)**	**-95,0%**
Empréstimos e Financiamentos	(44.142)	(878.513)	-95,0%
Longo Prazo	**(763.562)**	**(6.134)**	**n.m.**
Empréstimos e Financiamentos	(763.562)	(6.134)	n.m.
Disponibilidades	**19.117**	**12.207**	56,6%
Dívida Líquida	**(788.587)**	**(872.440)**	**-9,6%**

A Dívida Líquida da Companhia reduziu 9,6% em 2019, atingindo R$ 788,6 milhões. A Dívida Bruta atingiu o montante de R$ 807,7 milhões no mesmo período, uma redução de 8,7% frente ao verificado em 2018, devido à amortização do principal sem contrapartida de novas captações e a menor TJLP, que corrige boa parte da dívida, ao longo de 2019. As únicas dívidas da Companhia são com o BNDES em duas linhas de financiamento, uma direta, indexada pela TLP, e a outra indireta (FINAME), com taxa pré-fixada. Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a concessionária contratou, em 2014, empréstimo-ponte junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R$ 965.750 mil à época.

Valor Adicionado: Em 2019, o valor adicionado líquido gerado ficou negativo em R$ 355,5 milhões, enquanto em 2018 o saldo ficou positivo em R$ 79,8 milhões, representando 2,1% da Receita Operacional Bruta. Esta redução ocorreu especialmente, por maiores insumos adquiridos de terceiros como materiais, energia e serviços.

Considerações Finais

Estratégia: O posicionamento estratégico da Via 040 segue direcionado para a gestão do trecho da BR-040 sob sua concessão, mantendo a operação da rodovia de forma a garantir a segurança e atendimento 24 horas aos seus usuários com a disponibilização dos serviços de socorro médico e mecânico, além da realização de serviços de conservação, sinalização, manutenção do pavimento e inspeção, até que o processo de relicitação seja concluído. Por fim, a Companhia espera que sejam rapidamente implementadas as medidas necessárias para mitigar os efeitos da disseminação do COVID-19. A Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

Auditores: A Invepar e suas controladas utilizam os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2019, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos: Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Nova Lima, 23 de março de 2020

Diretor de Relações com Investidores
Enio Stein Junior

Equipe de Relações com Investidores
Nilton Pimentel - Aline Campos - Lívia Bragança - Rafael Rondinelli

+55 21 2211 1300 **ri@via040.invepar.com.br**

ANEXOS

A Concessionária em Números

Dado	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2019											
Quilômetros de rodovia	Quilômetros	936,8											
Número de veículos que transitaram	Quantidade por eixos simples e duplos	0,5 eixo simples	2 eixos simples	3 eixos simples	4 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9+ eixos duplos	Total
		21.086.033	165.571	18.460	603.692	2.806.379	2.123.616	2.123.732	1.428.656	2.244.929	718.049	11.409	414.669	33.745.195
Número de praças de pedágio	Quantidade	11												
Tarifa	R$. Por tipo de veículos.	1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos	7 eixos duplos	8 eixos duplos	9 eixos duplos	
		5,30	2,65	7,95	10,60	10,60	15,90	21,20	26,50	31,80	37,10	42,40	47,70	
Número de quilômetros mantidos	Quilômetros	936,8												
Índice de congestionamento	-	Não mensurado.												
Trânsito Médio Diário Equivalente	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	
		6.099.417	5.090.853	5.651.609	5.534.893	5.750.569	5.661.091	6.343.186	6.089.037	6.010.971	6.348.446	5.917.545	6.136.314	
Trânsito Diário Anual Equivalente	Média Anual	193,5 mil VEP/dia												
		Total de Pessoal Operacional - 237												
		Total de Pessoal Pesagem - 22												
		Total de Pessoal de Pedágio - 354												
Equipes utilizadas pelo concessionário	Pessoal, veículos e máquinas	Total de Pessoal - 613												
Índices de qualidade de estrada	–	Não mensurado.												
Receita de pedágio	Em R$ mil	374.430												
Custos associados às receitas de pedágio	Em R$ mil	332.113												

Fator Trabalho	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2019											
Número de Trabalhadores	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Ger. Oper.	Coord. Oper.	Super. Oper.	Assist. Adm. e Aux. Oper.	Sup. CCO	Op. CCO	Op. Atend.	Sup. Pesag.	Op. Pesag.	Líder Praça	Motorista	Op. Ped.	Total
		1	4	4	5	1	18	204	1	21	44	15	295	613
Despesas de Pessoal	R$ mil. Por tipo de atividade e por categoria de trabalho	Operações: 37.440			Administrativo: 11.559				Diretoria: 680			Temporário: 103		

Fator Capital	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2019				
Despesas de Depreciação/ Amortização	R$ mil. Depreciação é o Linear. Para a Amortização considera-se o prazo de concessão da rodovia.	70.661				
Ativo Líquido	R$ mil. Ativo Total menos Passivo Total	197.345				
Ativo Bruto	R$ mil. Passivo Total	1.284.234				
Série Histórica dos Investimentos	R$ mil	2015	2016	2017	2018	2019
		612.193	328.298	223.597	88.695	113.596
Custos de Oportunidade do Capital	R$ mil	Não informado.				

Fatores Intermediários	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2019
Despesas em Administração	R$ mil. Não inclui despesas trabalhistas administrativas	36.974
Despesas em Manutenção e Conservação	R$ mil	52.945
Outras Despesas Operacionais	R$ mil	373.695

Seguridade	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2019		
Quantidade de Acidentes	Quantidade. Sem feridos, com feridos e com mortos.	Sem feridos	Com feridos	Com mortos
		0	3	1

Indicadores	Unidade de Medida ou comentário	Dados Anuais - 2019
Receita por veículo	R$. Receita Operacional Bruta Total dívida pela quantidade total de veículos. R$ mil	5,42
Custo por veículo	R$. Custos e Despesas Total dívida pela quantidade total de veículos.	4,70

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 5CFB-9AD6-B427-1861.

UMA EMPRESA invepar RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00

Balanço Social

1 - Base de cálculo	2019 - valor	2018 - valor
Faturamento bruto (FB)	**382.879**	**360.605**
Receita Líquida (RL)	**351.185**	**330.449**
Resultado operacional (RO)	**68.621**	**-29.193**
Folha de pagamento bruta (FPB)	**30.133**	**37.030**
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	30.133	37.030

2 - Indicadores sociais internos	Valores 2019 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2018 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.552	0,9%	1,0%	4.076	1,1%	1,2%
Encargos sociais	7.382	1,9%	2,1%	9.204	2,6%	2,8%
Previdência privada	173	0,0%	0,0%	-843	-0,2%	-0,3%
Saúde	3.739	1,0%	1,1%	3.358	0,9%	1,0%
Segurança e Saúde no trabalho	229	0,1%	0,1%	275	0,1%	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional	244.126	63,8%	69,5%	268	0,1%	0,1%
Creches ou auxílio creche	115	0,03%	0,0%	74	0,02%	0,0%
Participações nos lucros ou resultados	2.594	0,7%	0,7%	3.274	0,9%	1,0%
Outros	1.370	0,4%	0,4%	1.497	0,4%	0,5%
Total - Indicadores sociais internos	**263.051**	**68,7%**	**74,9%**	**21.183**	**5,9%**	**6,4%**

3 - Indicadores sociais externos	Valores 2019 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2018 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Esporte	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total de contribuição à sociedade	**0**	**0,0%**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0,0%**
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0,0%	0,0%	15.946	4,4%	4,8%
Total - Indicadores sociais externos	**0**	**0,0%**	**0,0%**	**15.946**	**4,4%**	**4,8%**

4 - Indicadores ambientais	Valores 2019 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2018 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	0	0,0%	0,0%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	419	0,1%	0,1%	36	0,01%	0,01%
Total de investimentos em meio ambiente	**419**	**0,1%**	**0,1%**	**36**	**0,01%**	**0,01%**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 70% ( ) Cumpre de 75 a 100 %			(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 70% ( ) Cumpre de 75 a 100 %		

5 - Indicadores do corpo funcional	2019	2018
Nº de colaboradores ao final do período e tempo de serviço	875	872
Até seis meses	14,29%	12,84%
De seis meses a um ano	9,49%	10,44%
Entre um e dois anos	15,66%	21,79%
Entre dois e cinco anos	47,54%	54,93%
mais de cinco anos	13,03%	0,00%
Nº de admissões durante período	183	253
Nº de demissões durante período	212	312
Nº de colaboradores terceirizados	1293	955
Nº de estagiários (as)	0	13
Nº de colaboradores com até 18 anos	1	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	139	115
Nº de colaboradores entre 25 anos e 45 anos	638	660
Nº de colaboradores acima de 45 anos	97	97
Nº de mulheres que trabalham na Concessionárias	357	366
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0%	0%
Remuneração paga para as mulheres no período	R$ 537.524,29	R$ 548.180,15
% de negros (as) que trabalham na Concessionária	6,29%	5,28%
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	34	34
Total de horas extras trabalhadas	50.409 horas	72.703 horas

5 - Indicadores do corpo funcional - Em R$ mil	Valores 2019 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores 2018 em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Total de horas extras pagas	798	0,2%	0,2%	1.090	1,1%	1,2%
Total de INSS pago	6.635	1,7%	1,9%	6.472	1,8%	2,0%
Total de FGTS pago	2.422	0,6%	0,7%	2.141	0,7%	0,8%
Total de Contribuição Sindical paga	3	0,0%	0,0%	256	0,1%	0,1%
Total dos demais encargos sociais pagos	41	0,0%	0,0%	74	0,0%	0,0%
Total do ICMS recolhido no período	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total do IR recolhido no período	-1.118	-0,3%	-0,3%	1.559	0,4%	0,5%
Total de CSLL recolhido no período	-403	-0,1%	-0,1%	561	0,2%	0,2%
Total de PIS recolhido no período	2.530	0,7%	0,7%	2.434	0,7%	0,7%
Total de COFINS recolhido no período	11.690	3,1%	3,3%	11.240	3,1%	3,4%
Total de outros tributos recolhidos no período	51	0,0%	0,0%	152	0,0%	0,0%

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019	2018
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,78%	2,22%
Número total de acidentes de trabalho	4	21
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerencias ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerencias ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerencias ( ) todos os colaboradores	(X) direção e gerencias ( ) todos os colaboradores
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	(X) todos + CIPA ( ) não se envolve ( ) segue as normas OIT ( ) incentiva as normas da OIT	(X) todos + CIPA ( ) não se envolve ( ) segue as normas OIT ( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerencias (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerencias (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerencias (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerencias (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos ( ) não se envolve	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos ( ) não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	(X) apoia ( ) organiza e incentiva	(X) apoia ( ) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	32% na concessionária 100% no PROCON 20% na Justiça	36% na concessionária 100% no PROCON 82% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir Distribuição do Valor Adicionado	2019	2018
Governo	15%	68%
Acionistas	-156%	-168%
Colaboradores	12%	48%
Terceiros	29%	152%
Retido	0%	0%

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.117	12.207
Contas a receber	4	32.866	27.426
Estoques		3.055	3.032
Tributos a recuperar	5.a	5.018	928
Despesas antecipadas		3.918	4.540
Partes relacionadas	6	7	–
Outros		–	1.536
Total do ativo circulante		**63.981**	**49.669**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		3.987	5.156
Imobilizado	7	14.229	19.764
Intangível	8	1.199.037	1.524.966
Total do ativo não circulante		**1.217.253**	**1.549.886**
TOTAL DO ATIVO		**1.281.234**	**1.599.555**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	32.226	42.473
Empréstimos e financiamentos	10	44.142	878.513
Obrigações com empregados e administradores		8.542	7.211
Tributos a recolher	5.c	3.819	4.046
Adiantamentos de clientes		166	76
Partes relacionadas	6	2.637	28.714
Provisão para manutenção	20	7.814	4.071
Total do passivo circulante		**99.346**	**965.104**
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.836	4.836
Empréstimos e financiamentos	10	763.562	6.134
Partes relacionadas	6	20.152	18.512
Impostos diferidos passivos	5.b	39.402	40.923
Provisão para riscos processuais	11.b	151.969	1.807
Provisão para manutenção	20	2.643	2.643
Provisão ambiental	21	2.979	3.526
Total do passivo não circulante		**984.543**	**78.381**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	949.123	753.250
Prejuízos acumulados		(751.778)	(197.180)
Total do patrimônio líquido		**197.345**	**556.070**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.281.234**	**1.599.555**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
PREJUÍZO DO EXERCÍCO	**(554.598)**	**(134.328)**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	–	–
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**(554.598)**	**(134.328)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	13	351.184	330.449
Receita de construção	13	101.827	79.143
Custo dos serviços prestados	13	(229.904)	(213.848)
Custo de construção	13	(101.827)	(78.359)
LUCRO BRUTO		**121.280**	**117.385**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	13	(203.536)	(52.836)
Outras despesas operacionais	13	(373.428)	(93.731)
RESULTADO OPERACIONAL		**(576.964)**	**(146.567)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	1.445	571
Despesas financeiras	14	(101.880)	(103.595)
Total		**(100.435)**	**(103.024)**
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(556.119)**	**(132.208)**
Imposto de renda e contribuição social	5.d	1.521	(2.120)
Prejuízo do exercício		(554.598)	(134.328)
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído)	15	(0,428)	(0,188)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		**670.500**	**(79.300)**	**591.200**	**(62.852)**	**528.348**
Aumento de capital		82.750	–	82.750	–	82.750
Integralização de capital social	12.a	–	79.300	79.300	–	79.300
Prejuízo do exercício		–	–	–	(134.328)	(134.328)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		**753.250**	**–**	**753.250**	**(197.180)**	**556.070**
Aumento de capital	12.a	195.873	–	195.873	–	195.873
Prejuízo do exercício		–	–	–	(554.598)	(554.598)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		**949.123**	**–**	**949.123**	**(751.778)**	**197.345**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código AD63-BB93-7EAB-1B7E.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	13	486.538	455.417
Receita operacional		382.878	360.605
Receita de construção		101.827	94.707
Outras receitas		1.833	105
Insumos adquiridos de terceiros		(772.826)	(310.973)
Custo de construção	13	(101.827)	(78.359)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(295.159)	(138.723)
Perda/recuperação de valores ativos		(375.731)	(93.791)
Outros custos		(109)	(100)
Valor adicionado bruto		(286.288)	144.444
Retenções		(70.662)	(65.256)
Depreciação e amortização	7 e 8	(70.662)	(65.256)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(356.950)	79.188
Valor adicionado recebido em transferência		1.445	570
Receitas financeiras	14	1.445	570
Total do valor adicionado a distribuir		(355.505)	79.758
Distribuição do valor adicionado		(355.505)	79.758
Pessoal e encargos		42.872	38.458
Remuneração direta		26.112	25.524
Benefícios		13.968	10.397
FGTS		2.422	2.141
Outros		370	396
Impostos, taxas e contribuições		51.776	54.217
Federais		34.325	37.812
Estaduais		206	205
Municipais		17.245	16.200
Remuneração capital de terceiros		104.445	121.411
Juros		67.850	77.071
Aluguéis		2.547	2.248
Outras		34.048	42.092
Remuneração de capital próprio		(554.598)	(134.328)
Prejuízo do exercício		(554.598)	(134.328)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(556.119)	(132.208)
Depreciação e amortização	7 e 8	70.662	65.255
Baixa de imobilizado e intangível		116	107
Perda ao valor recuperável (Intangível)	8	375.728	93.733
Provisão para manutenção e ambiental		3.196	4.250
Perda no recebimento de créditos		–	1.643
Provisão para riscos processuais, líquida		150.162	171
Margem de construção		–	(784)
Variações monetárias e encargos, líquidos		65.381	76.422
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(5.440)	(1.184)
Estoques		(23)	724
Tributos a recuperar		(4.090)	(479)
Depósitos judiciais		1.169	(1.189)
Despesa antecipada		622	(5.493)
Partes relacionadas		(7)	–
Outros		1.536	(2.838)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.021)	(5.414)
Obrigações com empregados e administradores		1.331	(2.067)
Tributos a recolher		(227)	281
Partes relacionadas		(24.439)	(27.783)
Adiantamento de clientes		91	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		74.628	63.147
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	7	(1.458)	(298)
Aquisição de intangível	8	(119.811)	(67.331)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(121.269)	(67.629)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital	12	195.873	162.050
Custo de captação	10	(38.626)	(38.748)
Pagamento principal de empréstimos de financiamentos	10	(45.873)	(47.989)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(57.823)	(74.011)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		53.551	1.302
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**6.910**	**(3.180)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	12.207	15.387
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	19.117	12.207
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**6.910**	**(3.180)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS* FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia: A Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040" ou "Companhia"), fundada em 31 de janeiro de 2014, e localizada a Avenida Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, é uma sociedade por ações de propósito específico de capital aberto e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão ("Sistema Rodoviário"), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal ("Poder Concedente") por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014 (data de assunção), podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente. O trecho rodoviário sob concessão da VIA040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais. A VIA040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Concessão. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT. Em 31 de dezembro de 2019, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R$35.365, devido ao financiamento no curto prazo e fornecedores (R$915.435 em 31 de dezembro de 2018, devido ao financiamento de curto prazo no montante de R$878.513 com o BNDES). O vencimento original do empréstimo PONTE firmado com o BNDES era 15 de março de 2016 e, em 31 de março de 2017. A Companhia negociou junto ao BNDES e em 31 de maio de 2019, ocorreu a celebração do 6º Aditivo ao Contrato de Empréstimo-Ponte, onde foi prorrogado a data de vencimento da última parcela de amortização do principal da dívida do empréstimo ponte, de 15 de maio de 2019 para 15 de maio de 2021. A Companhia está adimplente com suas obrigações contratuais e com o cronograma de obras, não tendo havido nenhum descumprimento, considerando a medida liminar deferida descrita no item 1.b) Continuidade Operacional. **1.b) Continuidade Operacional:** As condições macroeconômicas e socioeconômicas se deterioraram significativamente após 2013, ano do leilão do trecho sob concessão, com impactos negativos na arrecadação da Companhia devido à drástica redução do tráfego previsto, e também refletindo em alta de custos, principalmente aumentos extraordinários em preços administrados, revisão do valor de crédito a ser liberado para projetos de infraestrutura pelo BNDES, novas legislações, bem como atrasos na liberação de licenciamentos ambientais, gerando incertezas significativas quanto a rentabilidade do projeto de infraestrutura licitado. Em virtude do manifesto rompimento das bases negociais do Contrato de Concessão e conforme disciplinado em instrumento contratual, a Concessionária formulou, em 08 de julho de 2016, pedido de revisão ordinária e extraordinária do Contrato de Concessão. Tendo em vista as inúmeras alterações imprevisíveis e extraordinárias que continuaram a afetar o equilíbrio econômico financeiro do contrato, este pedido foi reiterado em 23 de maio de 2017 e em 21 de março de 2018. A ANTT não esgotou, até o momento, a análise dos pleitos de reequilíbrio apresentados. Em 05 de junho de 2017, o Governo Federal sancionou a Lei nº 13.448 que, dentre outras, estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto aos órgãos competentes – Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), ao Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil ("MTPA"), Programa de Investimentos em Logística ("PIL") - o pedido de adesão ao processo de relicitação supracitado, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da Invepar e pelo Conselho de Administração da Via 040, ambos em 08 de setembro de 2017. Após diversos pedidos solicitando o posicionamento da ANTT acerca do pedido, em 25 de janeiro de 2018 a Agência acusou o recebimento do pedido de relicitação e informou que a Via 040 apresentou "todas as informações em conformidade ao que dispõe o § 2º do Art. 14" para formalizar o interesse em aderir ao procedimento de relicitação. A Agência também ressaltou que as providências necessárias para a celebração do termo aditivo, que estabelecerá as novas condições econômico-financeiras da concessão, que vigerá até a assunção do novo concessionário, ainda dependeria da regulamentação da Lei nº 13.448/2017. Nesta mesma linha, a ANTT emitiu parecer favorável ao pleito de relicitação formulado pela Companhia, conforme consta no Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União no processo nº 034.459/2017-0, em 27 de setembro de 2017. Igualmente, verifica-se que o Plenário do referido Tribunal reconheceu a relevância da relicitação, de modo a assegurar que os usuários continuem usufruindo das condições de conforto e segurança inerentes ao trecho concedido. Em que pesem as manifestações acima, diante da omissão do Poder Executivo quanto à regulamentação da relicitação e da ausência de decisão do Poder Concedente quanto aos pleitos de reequilíbrio formulados pela Via 040, a fim de mitigar a exposição da Companhia quanto às obrigações de investimento que estariam suspensas de acordo com adesão à Lei nº 13.448/17, em 20 de julho de 2018, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente a processo arbitral com o objetivo de afastar a imposição de penalidades e a redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento de parâmetros de desempenho, bem como impedir a execução de garantias contratuais até o pronunciamento do Tribunal Arbitral. A decisão que deferiu a liminar foi proferida no dia 24 de agosto de 2018 e o processo arbitral foi instaurado no dia 18 de setembro de 2018. Em 27 de agosto de 2018, a ANTT foi intimada acerca da decisão e, em 11 de setembro de 2018, contra a referida decisão, a ANTT interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, o qual foi indeferido, até deliberação do juízo arbitral ou até que se resolva a pendência administrativa de relicitação.

Em 14 de setembro de 2018, através do Ofício nº 353/2018/SUINF, a ANTT formalizou o indeferimento do pleito de relicitação por ausência de regulamentação por parte do Poder Concedente, ressalvando a possibilidade de eventual reapresentação, quando da publicação da regulamentação, conforme segue: "Todavia, até o presente momento, o Poder Executivo não publicou ato específico disciplinando o referido artigo, fato que atualmente inviabiliza prosseguimento e eventual formalização da avença. Nesse sentido, comunicamos o indeferimento do pleito de relicitação apresentado pela Concessionária BR-040 S/A - Via040, por ausência de regulamentação do instituto por parte do Poder Executivo. Sem embargo, o indeferimento não prejudica eventual reapresentação do pleito quando da publicação da regulamentação, permanecendo hígidas e exigíveis as obrigações constantes do instrumento de outorga.". Após a prolação da liminar que assegurou a condição tarifária, o juízo determinou a abstenção da Agência quanto a aplicação de penalidades e a não exigência de investimentos, o que foi posteriormente ratificado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ato contínuo, a ANTT indeferiu o pleito de relicitação, sem fazer qualquer análise de mérito e afastou o cumprimento da referida decisão. No dia 18 de setembro de 2018, a Via 040 instaurou processo arbitral, em face da ANTT, com pedido de readequação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão e de ratificação da medida liminar deferida. A Administração da Companhia, em sua melhor avaliação, acredita que a relicitação ainda é viável e portanto, mantém a premissa de receber, após a homologação do novo pedido de relicitação, uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão. A Companhia e seus acionistas não poderão participar do novo leilão do trecho concedido por advento da relicitação e, até que se defina um novo vencedor do Leilão e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, a Companhia manterá os serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração prestados conforme níveis de serviços a serem regulados por um aditivo contratual a ser firmado entre a ANTT e a Companhia. Diante desse cenário, a Administração da Companhia adotou, para mensuração dos seus ativos e passivos o critério de continuidade das operações. Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a INVEPAR por meio da Carta OF.GCC.0291.2019, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento. Em 19 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") respondeu o pedido da V040 por meio do Ofício SEI nº 12545/2019/SUINF/DIR-ANTT, encaminhando as análises realizadas pelas Unidades Organizacionais da SUINF (GEREF, CIPRO, GEENG, COINFMG e GEFIR). Referido Ofício demonstra a deliberação favorável da ANTT quanto a viabilidade técnica da relicitação do empreendimento, apresentando os critérios e as condições da prestação dos serviços públicos, notadamente no que se refere os parâmetros de desempenho e os investimentos a serem mantidos a partir da celebração do Termo Aditivo. Em 4 de outubro de 2019, a Concessionária protocolou a GCC.469.2019, apresentando sua concordância quanto aos temas propostas pela ANTT, com comentários adicionais sobre tais propostas, especialmente quanto ao valor da tarifa a ser cobrada dos usuários no decorrer da vigência do termo aditivo, sendo que tais aspectos seriam discutidos em conjunto com o Ministério da Infraestrutura. Por meio da GCC.469.2019, a Concessionária também submeteu à ANTT, proposta de minuta do Termo Aditivo. Em 23 de outubro de 2019 a ANTT apresentou o OFÍCIO SEI Nº 15019/2019/GEREF/SUINF/DIR-ANTT, pelo qual exige complementação da documentação enviada pela Concessionária, especialmente quanto ao racional sobre a tarifa a ser praticada e a minuta do Programa de Exploração Rodoviária especifico para a vigência do termo aditivo. Em 28 de novembro de 2019, por meio da Deliberação Nº 1.015, de 26/11/2019, a ANTT atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 23 de dezembro de 2019, o Ministério da Infraestrutura, por meio do Despacho Nº 48/2019/GM/MINFRA, de 20 de dezembro de 2019, declarou a compatibilidade do Requerimento de Relicitação com o escopo da política pública formulada para o setor rodoviário. Em 13 de janeiro de 2020 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI) recomendou a qualificação do Empreendimento no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), por meio da Resolução Nº 105, de 10 de janeiro de 2020. Em 19 de fevereiro de 2020 o Empreendimento foi qualificado no PPI por meio do Decreto Nº 10.248, de 18 de fevereiro de 2020. Diante desse cenário, a INVEPAR aguarda deliberação da Agência Reguladora quanto a assinatura do Termo aditivo, instrumento que fomalizará todo o procedimento, nos termos da legislação.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **2.1. Aprovação das demonstrações contábeis:** O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 20 de março de 2020. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota explicativa nº 2. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e Aplicação financeira. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. **2.3. Informação por segmento de negócio:** A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio. **2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12):** A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão. **2.5. Reconhecimento de receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. a) Receita de serviço: As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. b) Receitas de construção: A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12). No exercício de 2019 não houve reconhecimento de margem de contrução, os valores de receita e custo são iguais. Para o exercício de 2018, a margem de construção foi calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. c) Receita de juros: A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas. **2.7. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia não constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos. **2.8. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. **2.9. Despesas antecipadas/ Adiantamentos diversos:** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. **2.10. Imobilizado:** Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.11. Intangível:** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 (IFRIC12)) e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente. **2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 401A-AA8F-846A-6651.

do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.13. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.14. Tributação:** As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

		Alíquota		
Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio	Receitas financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	–	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **2.15. Benefícios aos empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: *Principais fontes de incertezas nas estimativas:* As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dois anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme NE01, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos:* Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Participação nos lucros e resultado ("PLR"):* A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível:* A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão. **2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1° de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.19. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **2.20. Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. **2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. **2.22. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **2.23 Normas contábeis emitidas e/ou revisadas e ainda não adotadas:** A lista a seguir traz novas normas e/ou revisões emitidas e não adotadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019: a) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00 R2): Válidas a partir de 1º. de janeiro de 2020; b) Definição de negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3): Ainda não aprovado pelo CPC e CVM; c) Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). Ainda não aprovado pelo CPC e CVM; d) IFRS 17 Contratos de Seguros: Ainda não aprovado pelo CPC e CVM. Essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	4.834	1.572
Valor em poder da transportadora de valores	1.487	2.021
Aplicações financeiras		
Compromissadas com lastro em debêntures	12.796	8.540
Fundo Mover	–	74
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.117	12.207

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 97,29% do CDI (95,00% em 31 de dezembro de 2018). Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, e LAMSA. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não fazia mais parte do Fundo (rentabilidade de 99,05% em 31 de dezembro de 2018).

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/2019	31/12/2018
AVI (*)	17.175	17.383
Vale pedágio	1.244	1.179
Indenização de seguros	8.806	5.269
Ocupação da faixa de domínio (**)	5.641	3.595
Total	32.866	27.426

(*) O saldo da rubrica "AVI" é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 25 dias. (**) Os saldos apresentados advém da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

			Saldos vencidos		
	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias
31 de dezembro de 2019	32.866	30.868	436	17	1.545
31 de dezembro de 2018	27.426	23.716	647	683	2.380

Durante o exercício findo em 2019, a Companhia reconheceu R$382 como perda definitiva (R$69 em 31 de dezembro de 2018).

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	74	788
PIS e COFINS (c)	2.109	–
ISS a compensar	744	–
INSS a recuperar (b)	2.085	134
Outros	6	6
Total	5.018	928

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras; (b) Pagamento efetuado em duplicidade: (c) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Juros capitalizados (*)	(34.803)	(36.235)
Margem de Construção RTT	(1.429)	(1.488)
Margem de Construção (Lei 12.973/14)	(3.170)	(3.200)
Total do passivo fiscal diferido	(39.402)	(40.923)

(*) No período compreendido entre julho de 2016 e fevereiro de 2018, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017. A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R$98.588 (R$89.500 saldo em 31 de dezembro de 2018).

c) Tributos a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	1.231	1.221
ISS	1.793	1.854
IRRF e CSRF	468	596
INSS sobre terceiros	327	273
Outros	–	102
	3.819	4.046

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(556.118)	(132.208)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	189.080	44.951
Adições permanentes	(208)	(179)
Adições temporárias *	(185.265)	(38.194)
Exclusões temporárias	4.769	3.314
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(6.855)	(12.012)
Total dos impostos no resultado	1.521	(2.120)
Impostos diferidos	1.521	(2.120)
Total dos impostos no resultado	1.521	(2.120)

**valores substancialmente representados pelo Impairment e Provisão para Riscos Processuais*

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

			31/12/2019			
			Ativo	Passivo		Resultado
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Circulante	Não circulante	Despesas
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	7	2.637	–	(27.952)
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	–	–	20.152	(17.701)
Total			7	2.637	20.152	(45.653)

			31/12/2018		
			Passivo		Resultado
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Despesas
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controladora	28.714	–	(27.946)
INVEPAR	Outorga de Garantia (b)	Controladora	–	18.508	(18.508)
CART	Compartilhamento de despesas (a)	Parte relacionada	–	4	–
Total			28.714	18.512	(46.454)

(a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (b) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dividas contraídas pela Companhia. *Remuneração da Administração.* A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta como segue:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Pró-labore	541	704
Participação nos resultados / Bônus variáveis	851	748
Encargos	237	99
Outros benefícios	130	347
Total	1.759	1.898

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R$2.183 para o exercício de 2019.

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas (**)	Transferências (*)	31/12/2019
Custo						
Instalações	10	9	–	–	–	9
Máquinas e equipamentos	10	13.638	286	–	128	14.052
Móveis e utensílios	10	4.916	37	(56)	–	4.897
Veículos	20	17.783	–	(207)	383	17.959
Equipamentos de informática	20	13.958	317	(152)	–	14.123
Imobilizado em andamento		972	807	–	–	1.779
		51.276	1.447	(415)	511	52.819
Depreciação acumulada						
Instalações		(4)	(1)	–	–	(5)
Máquinas e equipamentos		(6.610)	(1.387)	–	–	(7.997)
Móveis e utensílios		(1.596)	(490)	20	–	(2.066)
Veículos		(14.737)	(2.747)	177	–	(17.307)
Equipamentos de informática		(8.566)	(2.758)	109	–	(11.215)
		(31.512)	(7.383)	306	–	(38.590)
Imobilizado líquido		19.764	(5.936)	(109)	511	14.229

(*) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 1A15-635C-8459-02C6.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Custo						
Instalações	10	9	–	–	–	9
Máquinas e equipamentos	10	13.544	161	(67)	–	13.638
Móveis e utensílios	10	4.882	38	(4)	–	4.916
Veículos	20	18.018	–	(235)	–	17.783
Equipamentos de informática	20	13.905	110	(57)	–	13.958
Imobilizado em andamento		972	–	–	–	972
		51.330	309	(363)	–	51.276
Depreciação acumulada						
Instalações		(3)	(1)	–	–	(4)
Máquinas e equipamentos		(5.296)	(1.352)	38	–	(6.610)
Móveis e utensílios		(1.108)	(489)	2	–	(1.595)
Veículos		(11.338)	(3.586)	187	–	(14.737)
Equipamentos de informática		(5.813)	(2.784)	31	–	(8.566)
		(23.558)	(8.212)	258	–	(31.512)
Imobilizado líquido		27.772	(7.903)	(105)	–	19.764

Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”). De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa nº 1.b. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17, em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados indicativos de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Ativos cedidos em garantia. A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos que foram financiados por intermédio dos contratos de FINAME, conforme Nota explicativa nº 10, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

8. INTANGÍVEL

Custo	Prazo de vida útil	31/12/2018	Adições	Baixas Impairment(**)	Transferências (*)	31/12/2019
Software	5 anos	8.509	–	–	–	8.509
Direito de concessão	(***)	1.538.568	644	(375.736)	183.393	1.346.869
Adiantamento a fornecedores		671	–	–	–	671
Intangível em construção		113.280	112.952	–	(183.904)	42.328
		1.661.028	113.596	(375.736)	(511)	1.398.377
Amortização acumulada						
Software		(5.250)	(1.689)	–	–	(6.939)
Direito de concessão		(130.812)	(61.590)	1	–	(192.401)
		(136.062)	(63.279)	1	–	(199.340)
Intangível líquido		1.524.966	50.317	(375.735)	(511)	1.199.037

Custo	Prazo de vida útil	31/12/2017	Adições	Baixas Impairment(**)	Transferências	31/12/2018
Software	5 anos	8.509	–	–	–	8.509
Direito de concessão	(*)	1.117.576	393	(93.733)	514.332	1.538.568
Adiantamento a fornecedores		671	–	–	–	671
Intangível em construção		539.621	87.993	(2)	(514.332)	113.280
		1.666.377	88.386	(93.735)	–	1.661.028
Amortização acumulada						
Software		(3.549)	(1.701)	–	–	(5.250)
Direito de concessão		(75.470)	(55.342)	–	–	(130.812)
		(79.019)	(57.043)	–	–	(136.062)
Intangível líquido		1.587.358	31.343	(93.735)	–	1.524.966

(*) O saldo refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil. Em 31 de dezembro de 2019, houve transferência do intangível para imobilizado. (**) Reconhecimento de Impairment no montante de R$375.276 (R$93.732 em 31 de dezembro de 2018). (***) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de Abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa n° 1.a). A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão. Redução ao valor recuperável do ativo (“*Impairment*”). De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, em 31 de dezembro de 2019, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.b). A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em dezembro de 2021; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente a adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTNB-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização. As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 13,8% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,75% sobre o período 2020 a 2026; e valor de indenização correspondente ao valor do saldo de investimento projetado e não amortizado em dezembro de 2021. Ativos cedidos em garantia. A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	23.047	33.937
Retenções contratuais	5.199	4.600
Verba de fiscalização (ANTT)	3.980	3.936
Circulante	32.226	42.473
Fornecedores nacionais	3.836	4.836
Não circulante	3.836	4.836

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
BNDES - PONTE	Reais	TJLP + 2% a.a.	mai/21	874.530	915.415
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	5.939	7.205
Custo de captação				(72.765)	(37.973)
Total				807.704	884.647
Circulante				44.142	878.513
Não circulante				763.562	6.134

Empresas	31/12/2018	Pagamento Principal	Pagamento Juros (i)	Provisão juros (ii)	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (iv)	Variação monetária	Transferência (iii)	31/12/2019
Passivo circulante									
BNDES - PONTE	915.415	(44.713)	(57.333)	60.014	-	-	1.147	(828.112)	46.418
BNDES - FINAME	1.072	(1.160)	(490)	383	-	-	-	1.476	1.281
Custos a amortizar	(37.974)	-	-	-	3.835	(38.626)	-	69.208	(3.557)
	878.513	(45.873)	(57.823)	60.397	3.835	(38.626)	1.147	(757.428)	44.142
Passivo não circulante									
BNDES - PONTE	-	-	-	-	-	-	-	828.112	828.112
BNDES - FINAME	6.134	-	-	-	-	-	-	(1.476)	4.658
Custos a amortizar	-	-	-	-	-	-	-	(69.208)	(69.208)
	6.134	-	-	-	-	-	-	757.428	763.562
Total dívida	884.647	(45.873)	(57.823)	60.397	3.835	(38.626)	1.147	-	807.704

Empresas	31/12/2017	Pagamento Principal	Pagamento Juros (i)	Provisão juros (ii)	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (iv)	Variação monetária	Transferência (iii)	31/12/2018
Passivo circulante									
BNDES - PONTE	956.252	(46.723)	(73.549)	73.012	-	-	6.423	-	915.415
BNDES - FINAME	866	(1.266)	(462)	457	-	-	-	1.477	1.072
Custos a amortizar	(11.320)	-	-	-	12.130	(38.784)	-	-	(37.974)
	945.798	(47.989)	(74.011)	73.469	12.130	(38.784)	6.423	1.477	878.513
Passivo não circulante									
BNDES - FINAME	7.611	-	-	-	-	-	-	(1.477)	6.134
	7.611	-	-	-	-	-	-	(1.477)	6.134
Total dívida	953.409	(47.989)	(74.011)	73.469	12.130	(38.784)	6.423	-	884.647

(i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. (ii) Os juros incorridos foram de R$60.397 (R$ 73.549 em 31 de dezembro de 2018), não havendo mais capitalização no intangível em 31 de dezembro de 2019 (R$15.565 em 31 de dezembro de 2018). (iii) Com a prorrogação do vencimento do empréstimo para 15 de maio de 2021, a dívida, que estava classificada no curto prazo, em 31 de dezembro de 2018, teve parte do montante reclassificado para o longo prazo em 30 de junho de 2019. (iv) Custos incorridos necessários para rolagem da dívida. **BNDES – Ponte:** Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R$717.130 e “B” R$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP. Originalmente, o principal e o juros da dívida seriam pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016 e depois para 15 de maio de 2017. A Companhia renegociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de novembro de 2017, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes. A partir de 15 de dezembro de 2016 a Companhia começou a pagar os juros mensalmente. A partir de 15 de maio de 2017 a Companhia encerrou o período de carência de principal do financiamento e, conforme o novo acordo, iniciou a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) até 15 de maio de 2019, juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período, desde que cumpridos determinados requisitos firmados entre as partes. No dia 31 de maio de 2019, ocorreu a celebração do 6º Aditivo ao Contrato de Empréstimo-Ponte, onde foi prorrogado a data de vencimento da última parcela de amortização do principal da dívida do empréstimo ponte, de 15 de maio de 2019 para 15 de maio de 2021. A rolagem da dívida é garantida por cartas de fianças com prazo de vencimento de seis meses, prorrogáveis por mais seis. Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações da Companhia que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação. Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

Fiador	Valor total da carta original	%
Itaú	R$250.000	25,8866
BB	R$250.000	25,8866
BDMG	R$215.750	22,3402
Bradesco	R$250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014 e respectivos aditivos, firmados entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária. As cartas de fiança são aditadas a cada nova rolagem do prazo de vencimento da dívida. O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso; (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R$10.000; ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R$50.000. **BNDES - Finame:** Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2019, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

Modalidade	Número do contrato	Data de liberação	Valor do contrato	Vencimento
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/2024
			12.026	

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. **Hipóteses de Vencimento Cruzado:** • Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas CART, LAMSA, Metrô, CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. • Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas CART, Metrô, MetrôBarra, CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. • Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT e CLN possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. • Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões. • Os contratos de financiamento de longo prazo na controladora Invepar e nas partes relacionadas CART, LAMSA e MetrôBarra possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa	Rating limite
INVEPAR	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de clausulas de *cross default* com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar, exceto CLN.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é ré em processos de natureza cível e trabalhista sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta Nota explicativa. a) Riscos cíveis: As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados. b) Riscos trabalhistas: A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. c) Riscos administrativos: A Companhia é parte em processos administrativos relacionados a questões regulatórias advindos do curso normal de suas operações. Estes processos encontram-se em andamento no âmbito administrativo, no qual a Companhia já apresentou as defesas e recursos. Movimentação das provisões para contingências prováveis:

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/pagamentos	31/12/2019
Trabalhistas	1.495	3.051	(1.805)	2.741
Cíveis	312	877	(538)	651
Regulatórios	–	148.577	–	148.577
Total	1.807	152.505	(2.343)	151.969
Natureza do risco	**31/12/2017**	**Constituição**	**Reversões/pagamentos**	**31/12/2018**
Trabalhistas	1.227	1.999	(1.731)	1.495
Cíveis	409	425	(522)	312
Total	1.636	2.424	(2.253)	1.807

Riscos possíveis: A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do exercício. As causas cíveis envolvem, principalmente, processos de danos materiais e pensionamento, já as causas trabalhistas tem em sua maioria processos referentes á horas extras, danos morais e pensão. Segue:

Natureza do risco	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	10.071	13.075
Cíveis	25.127	33.139
Tributária	1.048	-
Administrativos	164.307	-
Outros	104	-
Total	200.657	46.214

Procedimento arbitral com a OAS – Contingência ativa: Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a VIA040 e a Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário. Em 16 de setembro de 2015, a VIA040 notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando; (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; e (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário. Em 17 de dezembro de 2015, a VIA040 e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R$34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. A transação também assegurou a obrigação da construtora garantir a segurança e solidez das obras, bem como indenizar eventuais danos decorrentes de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas aos empregados e/ou contratados da OAS ou de danos ambientais causados pela construtora. As Partes também ficaram obrigadas ao ressarcimento dos danos decorrentes de dolo. Em 12 de fevereiro de 2017, a VIA040 interpôs processo arbitral em face da Construtora OAS S.A. a fim de que a construtora seja condenada a reparar os vícios na obra, bem como a indenizar todos os outros gastos/prejuízos decorrentes da ação e/ou omissão da Construtora OAS S.A, no valor estimado de R$17.800. As partes firmaram termo de arbitragem, em 13 de novembro de 2017. Em 26 de fevereiro de 2018, a VIA040 apresentou suas Alegações Iniciais, que foram respondidas em 10 de maio de 2018, pela OAS S/A. A peça foi replicada, em 11 de junho de 2018, pela VIA040 e a tréplica foi apresentada pela OAS no dia 11 de julho de 2018. As partes especificaram as provas que pretendem produzir e aguarda-se a realização da prova pericial de engenharia. Em 17 de abril de 2019, foi proferida a Ordem Processual nº 13, deferindo parcialmente o parcelamento requerido pela OAS. O início dos trabalhos não sofrerá atrasos, mas o laudo somente será liberado após a quitação integral dos honorários do expert. A OAS apresentou manifestação requerendo a reconsideração de tal decisão em vista da impossibilidade de cumprimento

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código F7DE-B0F3-2F5B-70A6.

do parcelamento proposto pelo Tribunal Arbitral. No dia 20 de setembro de 2019, a OAS se manifestou dizendo que não tinha interesse na realização de tais ensaios, enquanto a Via 040 se posicionou no sentido de que seriam eles necessários. O Tribunal emitiu a Ordem Processo nº 16 determinando que as partes se manifestassem sobre os pontos trazidos pela outra parte, o que foi cumprido em 3 de outubro. Diante disso, foi proferida, em 08 de outubro de 2019, a Ordem Processual nº 17 determinando a realização dos ensaios de campo, bem como determinando que os custos sejam arcados integralmente pela Via 040, já que ela é que entendeu ser necessária tal prova. Determinou, ainda, que a Via 040 pague o valor até o dia 15 de outubro, que os ensaios sejam entregues até 10 de novembro e o laudo até 10 de dezembro, devendo as partes se manifestarem a respeito de toda esta documentação até 07 de fevereiro de 2020. Como o perito informou a impossibilidade de entregar o material dentro do prazo estipulado pelo Tribunal, os árbitros cancelaram os prazos anteriormente estabelecidos e determinaram que se aguardasse a entrega deste material para ulterior deliberação.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

	Número de ações	% Participação	Ações ordinárias
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	1.092.695.128	100	1.092.695.128

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito da Companhia é de R$949.123, representados por 1.092.695.128 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar (R$753.250, representados por 808.453.924 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2018). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram os seguintes aumentos de capital, conforme abaixo:

Data	Valor
14/01/2019	6.000
15/02/2019	5.000
25/03/2019	12.000
12/04/2019	11.000
24/04/2019	3.000
25/04/2019	1.873
10/05/2019	1.000
15/05/2019	11.000
24/05/2019	4.000
27/05/2019	54.000
17/06/2019	12.000
15/07/2019	12.000
14/08/2019	12.000
16/09/2019	9.000
25/09/2019	3.000
14/10/2019	12.000
14/11/2019	16.000
13/12/2019	11.000
TOTAL	**195.873**

Durante o exercício findo em 2018 ocorreram ocorreram os seguintes aumentos de capital, conforme abaixo:

Data da integralização	Valor
09/02/2018	10.000
14/03/2018	6.000
13/04/2018	6.000
14/05/2018	4.000
14/06/2018	10.000
11/07/2018	10.000
17/09/2018	4.050
09/10/2018	10.000
27/11/2018	19.250
30/11/2018	61.750
03/12/2018	4.000
17/12/2018	15.000
20/12/2018	2.000
	162.050

13. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de pedágio	374.429	351.973
Receita extraordinária	8.449	8.634
Impostos, deduções e cancelamentos	(31.694)	(30.158)
Receita de serviços	351.184	330.449
Receita de construção	101.827	79.143
Receita total	453.011	409.592

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(49.781)	(45.178)
Conservação e manutenção	(52.945)	(51.150)
Despesas adminstrativas	(36.974)	(36.624)
Operacionais	(66.056)	(62.411)
Custo de construção	(101.827)	(78.359)
Provisão de manutenção	(3.743)	(4.250)
Depreciação e amortização	(70.662)	(65.255)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(153.279)	(1.814)
Provisão para redução ao valor recuperável (*)	(375.276)	(93.732)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.848	1
	(908.695)	(438.773)
Custo de serviços prestados	(229.904)	(213.848)
Custo de construção	(101.827)	(78.359)
Despesas gerais e administrativas	(203.536)	(52.836)
Outras receitas (despesas) operacionais	(373.429)	(93.730)
	(908.695)	(438.773)

(*) Vide Nota explicativa nº 8.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	598	–
Juros sobre aplicações financeiras	347	527
Variação monetária ativa	500	44
Total receitas financeiras	1.445	571
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(16.006)	(14.687)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(60.397)	(64.290)
Variação monetária passiva	(2.618)	(6.424)
Outros*	(22.859)	(18.194)
Total despesas financeiras	(101.880)	(103.595)
Total resultado financeiro	(100.435)	(103.024)

(*) Parte deste valor refere-se a Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança), conforme Nota explicativa nº 6.

15. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2019 e 2018. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos diluidores. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador básico		
Resultado do período atribuível aos acionistas	(554.598)	(134.328)
Denominador básico		
Média ponderada das ações (em milhares)	948.240	714.482
Resultado do exercício básico por ação (R$)	(0,585)	(0,188)

16. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência Início	Vencimento	Seguradora
Garantia ao poder concedente (a)	587.130	20/03/2020	20/03/2021	Pottencial
Responsabilidade civil geral (b)	100.000	01/08/2019	01/08/2020	Tókio Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/2019	01/08/2020	Tókio Marine
Veículos	Tabela FIPE	24/08/2019	24/08/2020	Porto Seguro
D&O	100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros
Fiança locatícia	629.162	29/08/2019	29/08/2020	Pottencial
Fiança locatícia	649.174	30/10/2019	30/10/2020	Pottencial

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia "PER". (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão. (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

17. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, obrigações com empregados, parte relacionada e fornecedores.

	31/12/2019		31/12/2018	
Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	19.117	–	12.207	–
Contas a receber	–	32.866	–	27.426
Total do ativo	19.117	32.866	12.207	27.426
Passivos				
Fornecedores	–	36.062	–	47.309
Partes relacionadas	–	22.789	–	47.226
Empréstimos e financiamentos	–	807.704	–	884.647
Obrigações com empregados e administradores	–	8.542	–	7.211
Total do passivo	–	875.097	–	986.393

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado: Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras:* Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. • *Contas a receber:* O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. b) Exposição a riscos de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da UR-TJLP. c) Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional. Dado o processo de relicitação, conforme citado na Nota explicativa nº 1, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor final da indenização.

31 de dezembro de 2019	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	44.142	763.562	807.704
Fornecedores	32.226	3.836	36.062

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM: As taxas consideradas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	4,27%	3,20%	2,14%
TJLP (% ao ano)	4,83%	6,04%	7,25%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central. Em 31 de dezembro de 2019, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

f.1) Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Compromissadas com lastro em debêntures	DI	12.796	546	410	274

f.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimo	TJLP	807.704	39.012	48.765	58.558

g) Gestão do capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	807.704	884.647
Caixa e equivalentes de caixa	(19.117)	(12.207)
Dívida líquida	788.587	872.440
Patrimônio líquido	345.923	556.070
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.134.510	1.428.510

h) Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	12.796	-	12.796	-
Total	12.796	-	12.796	-
Empréstimos e financiamentos	807.704	-	807.704	-
Total	807.704	-	807.704	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	8.614	-	8.614	-
Total	8.614	-	8.614	-
Empréstimos e financiamentos	884.647	-	884.647	-
Total	884.647	-	884.647	-

18. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2019	31/12/2018
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	3.230	9.456
Capitalização do resultado financeiro	-	15.565

19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

Meta de duplicação	Valor
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento das metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio.

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

	Valor
Verba de fiscalização (Anual)	10.410*
Verba de segurança no trânsito (Anual)	1.334*
Recursos para desenvolvimento tecnológico (Anual)	1.844*

*Atualizadas anualmente conforme preconizado no Contrato de Concessão

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR-040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes que detalham as atividades de responsabilidade Companhia, com fixação do prazo e das condições para o seu cumprimento integral. O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1 - Recuperação e Manutenção	Frente 2 – Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço	Frente 3 - Conservação	Frente 4 - Serviços Operacionais
- Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais; - Recuperação e manutenção; - Sinalização e elementos de proteção e segurança; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Obras de arte especiais; - Sistema de drenagem e obras de arte correntes; - Canteiro central e faixa de domínio; - Pavimento; e - Sistemas elétricos e de iluminação;	Obras de ampliação de capacidade e melhorias - Obras em trechos urbanos; - Obras de manutenção de nível de serviço; e - Obras emergenciais.	- Sistemas elétricos e de iluminação. - Pavimento; - Elementos de proteção e segurança; - Obras de arte especiais; - Sistema de drenagem e obras de arte correntes; - Terraplenos e estruturas de contenção; - Canteiro central e faixa de domínio; e - Edificações e instalações operacionais.	- Centro de controle operacional; - Equipamentos e veículos da administração; - Sistemas de controle de tráfego; - Sistemas de atendimento ao usuário; - Sistemas de pedágio e controle de arrecadação; - Sistema de comunicação; - Sistema de pesagem; - Sistema de guarda e vigilância patrimonial; - Veículos de fiscalização da ANTT; e - Construção e reforma dos postos da polícia rodoviária federal.

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados, porém as mesmas encontram-se suspensas conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.b).

20. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento em que o ativo construído se torna operacional considerando a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado pela Companhia é de R$10.457 a título de provisão para manutenção (R$6.714 em 31 de dezembro de 2018). A taxa para cálculo do valor presente para os projetos é de 13,40% a.a. A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas demonstrações contábeis é de, 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

21. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado pela Companhia é de R$2.979 (R$3.526 em 31 de dezembro de 2018). De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022.

22. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão ("Sistema Rodoviário"), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal ("Poder Concedente") por intermédio da ANTT. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente. Encerrado o prazo de concessão, serão entregues à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão. Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão. Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota explicativa nº19. O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu em 15 de julho de 2016, data do reajuste de 4,35% em relação a tarifa anterior, conforme Resolução ANTT

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 0E97-1C4E-7102-C688.

VIA 040

UMA EMPRESA invepar RODOVIAS

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. | CNPJ 19.726.048/0001-00

nº 5143, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, que aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão. A data-base para os reajustes seguintes serão realizados sempre no dia 30 de julho do ano corrente do período sob concessão. O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente. A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA, com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão (Vide Nota explicativa nº 1.b). sobre o processo de relicitação da Companhia).

23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO: A receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R$101.827 como receita de construção (R$79.143 em 31 de dezembro de 2018) e não houve reconhecimento de margem de construção (R$784 em 31 de dezembro de 2018). O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2019 é de R$1.389.197 (R$1.651.848 em 31 de dezembro de 2018), incluindo R$671 (R$671 em 31 de dezembro de 2018) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES: COVID-19 ("Coronavírus"): Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 orientando as Companhias e seus Auditores Independentes a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para as companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019. Neste sentido, a Companhia destaca que, a despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Por isso, não é possível, nesse momento, precisar os reais impactos do avanço do COVID-19 para os negócios e/ou para as estimativas contábeis. Além dos efeitos adversos, as consequências de algumas medidas que precisam ser tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade, gerando queda no fluxo de passageiros e reduzindo assim o tráfego, especialmente de veículos leves. No âmbito corporativo, a Companhia implementou medidas necessárias para minimizar qualquer impacto na qualidade do atendimento a seus clientes, mitigar riscos para colaboradores e familiares e garantir a manutenção e continuidade das operações, dentre as quais: i. Comunicação corporativa recorrente por e-mail e aplicativos de mensagens, visando informar e conscientizar todos os colaboradores sobre os riscos relacionados à disseminação do vírus, sobre as formas de prevenção e, ainda, endereços para obtenção de informações oficiais e para verificação das informações falsas (Fake News); ii. Adoção do regime de home office para todos os colaboradores onde essa modalidade for possível; iii. Realização de viagens nacionais e internacionais apenas quando for imprescindível, adotando e priorizando a realização de reuniões por videoconferência; iv. Reforço na higienização de todos os locais de trabalho, incluindo dentre outros praças de pedágio e postos de atendimento das rodovias. A Administração da Companhia seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

A Diretoria:
Contador: Marcos Paulo da Silva - CRC-RJ - 094921/O-2.
Controller Corporativo: Leandro Ferreira Gonçalves.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1.a. às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R$ 554.598 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 35.365 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de fornecedores e empréstimos no montante de R$ 76.368 mil. Chamamos, também, a atenção para a Nota explicativa nº 1.b., em que a Companhia menciona que protocolou em 11 de setembro de 2017, pedido de adesão ao processo de relicitação. Em 20 de julho de 2018, a Companhia ajuizou ação cautelar com o objetivo de afastar imposições de penalidades e a redução de tarifa por ausência de execução de obrigações contratuais e por não atendimento de parâmetros de desempenho. Desde então, outras medidas foram ajuizadas referente à citada discussão. Em 26 de novembro de 2019, a ANTT aprovou o pedido, e, em 10 de janeiro de 2020, o pedido foi recomendado para qualificação pelo Programa de Parceria e Investimentos "PPI", secretaria vinculada à Casa Civil. Em 18 de janeiro de 2020, o Decreto 10.248 do Poder Executivo, qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação. Diante desse cenário, a VIA 040 aguarda deliberação da Agência Reguladora quanto a assinatura do Termo aditivo, instrumento que fomalizará todo o procedimento, nos termos da legislação. Dessa forma, conforme apresentado na Nota explicativa nº 1, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota explicativa nº 8 – "Intangível", a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, que representam 94% do total dos ativos. Em 31 de dezembro de 2019, a situação financeira da Companhia, o pedido de relicitação nos termos da Lei nº 13.448 de 2017 ocorrido em 11 de setembro de 2017, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudessem exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia efetuou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo, bem como a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 e no o Decreto 10.248 do Poder Executivo de 18 de janeiro de 2020, que qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17. Também revisamos outras premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020.
Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Grant Thornton

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 8428-60C3-6B1D-747D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ/MG.
Aviso de Licitação. TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 – Tipo Menor Preço Global, referente ao processo nº 025/2020, Objeto: **Contratação de Empresa para Construção de Novo Prédio da Escola Municipal João Bárbara da Silva**, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, em regime de empreitada global. A sessão pública de julgamento será realizada nas dependências desta Prefeitura no dia 16/04/2020 às 9h.
Manoel Ramos da Silva Filho
Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA/MG
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. : 000011/2020
MODALIDADE: Pregão/000008/2020 **CONTRATANTE:** Município de Manga/ MG **CONTRATADA(s)/VALOR(es):** RAYMUNDO MAURICIO RAMOS-ME no valor de R$ 246.725,02 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais, e dois centavos), AF & HS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA no valor de R$ 62.644,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), LR MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA-ME no valor de R$ 433.145,50 (quatrocentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e cinco reais, e cinquenta centavos). **OBJETO DA LICITAÇÃO :** Aquisição de Materiais de Construção, Elétrico, Hidráulico e outros.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Itambacuri
Edital de Leilão 01/2020–**Leiloeiro Lucas Rafael Antunes Moreira**, JUCEMG 637, torna público a suspensão do leilão que do dia 30/03/2020, ás 09:00 horas. Informa a nova data 17/04/2020, a partir das 10:00 horas, modalidade online. Local de visitação: Secretaria de Saúde de Itambacuri- Presidente Costa e Silva, nº 94, Várzea, Itambacuri/MG. Dias de visitação: 15/04/2020 e 16/04/2020 no horário de 12:00 ás 17:00 horas, com agendamento prévio pelo telefone 033-3511-1732. Informações, fotos e edital no site: www.lucasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG
Proc. 42/19 - PP 12/19 - Aquis. cestas básicas - 2º Aditivo ATA SRP 35/19 - Altera vr da cesta básica para R$ 43,69. **Proc. 35/20 - Dispensa 7/20** - Aquis. medicamentos - CTR 19/20 - Sig: Marcelo M. Mendonça e Valce de Souza p/ Master M. M. M. Hosp. Ltda-ME - CNPJ: 26.788.983/001-66 - Vr: R$ 400.000,00 - Vig: 6 meses - L. 13.979/20

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2019 – PROCESSO Nº 186/2019. Tipo: Menor Valor por Lote. Objeto: Promover Registro de Preço, consignado em Ata para futura e eventual aquisição de germicidas e saneantes para atender a demanda conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Abertura das Propostas por meio eletrônico: Dia 07/04/2020, às 09h00min. O Edital da referida licitação se encontra disponível no site www.licitacoes-e.com.br e/ou www.esmeraldas.mg.gov.br. Informações: Av. José Pinto da Silva, n° 409, São José, Esmeraldas - MG, CEP: 35.740-000. Tel.: (31) 3538-8885.
Bruna Flávia Ferreira Xavier – Pregoeira

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura do Pregão Eletrônico 018/2020, Processo licitatório 034/2020, no dia 07/04/2020 às 10h. Objeto: registro de preços para contratação de serviços de locação de concentradores de oxigênio e fornecimento de recarga de oxigênio, com comodato de cilindros, com prestação de serviços de instalação, montagem e manutenção técnica preventiva e corretiva, para atender as demandas da secretaria municipal de saúde do município de Lagoa Santa. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br - Euvani Lindourar Pereira /Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA/MG
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. : 000011/2020
MODALIDADE: Pregão/000008/2020 **CONTRATANTE:** Município de Manga/MG **OBJETO DA LICITAÇÃO:** Aquisição de Materiais de Construção, Elétrico, Hidráulico e outros. **CONTRATADA/VALOR:** RAYMUNDO MAURICIO RAMOS -ME no valor de R$ 246.725,02 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais, e dois centavos), AF & HS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA no valor de R$ 62.644,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), LR MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA-ME no valor de R$ 433.145,50 (quatrocentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e cinco reais, e cinquenta centavos). **VIGENCIA :** 20/03/2.020 a 20/03/2.021.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA – CODIUB
CNPJ: 18.597.781/0001-09
AVISO AOS ACIONISTAS
A Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, comunica os Acionistas da Companhia que se encontram à disposição para a devida apreciação, na sede social da empresa, situada na Av. Dom Luiz Maria de Santana, Nº 146, Santa Marta, nesta cidade de Uberaba/MG., todos os documentos que se referem a Lei n.º 6.404/76, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.019.
Uberaba/MG. 17 de março de 2.020.
Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
Denis Silva de Oliveira – **Diretor Presidente**
Evaldo José Espíndula – **Diretor Executivo**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 0011/2020. **MODALIDADE Dispensa:**0005/2020. **CONTRATANTE: Município de Janaúba-MG. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar. CONTRATADA/VALOR:** AGNALDO JOÃO GONÇALVES/ R$ 19.999,01; Alderi Da Silva Barros/ R$ 19.998,79; Almerindo Batista De Lima/ R$ 15.213,75; Amauri Benedito Nunes/ R$ 13.609,89; Amauri Benedito Nunes Filho/ R$ 19.996,25; Ana Amelia Pacifico Da Silva/ R$ 7.905,23; Ana Martins Da Silva Duarte/ R$ 18.178,40; Anita Soares Santos Silva/ R$ 4.790,00; Antonio Augusto Marques Borges/ R$ 17.882,44; Aurelina Gonçalves De Souza Oliveira/ R$ 19.999,56; Camilo Fernandes De Souza/ R$ 13.571,51; Catarina Romana Da Silva/ R$19.394,16; Clebson Gomes De Souza/ R$ 13.289,90; Cleidson Gomes De Souza/ R$ 3.596,25; Cooperativa Dos Pequenos Produtores Do Projeto Jaíba Ltda/ R$ 124.023,40; Danilo Gonçalves Brito/ R$ 19.995,00; Deusivana Marques Borges/ R$ 16.154,69; Dinelio Marques Borges/ R$ 19.996,75; Edimilson Marques Moreira/ R$ 6.756,00; Edna Ribeiro Lopes Souza/ R$19.710,00; Eide Fernandes Da Fonseca/ R$ 10.200,84; Eieda Fernandes Da Fonseca Silva/ R$ 10.574,87; Elcy Jose Da Silva/ R$ 16.923,61; Elias Jose Serafim/ R$ 5.075,10; Elieuda Gomes Barbosa/ R$ 19.990,95; Erica Solange De Jesus/ R$ 19.999,98; Expedito Correa De Lima/ R$ 15.808,15; Fidelis Alves Martins/ R$ 6.433,33; Francisco Martins Da Silva/ $19.995,43; Geraldo Jose De Souza/ R$4.278,90; Gilberto Barbosa Da Silva/ R$ 19.915,87; Gilmar Santos Barbosa/ R$ 11.818,43; Gilvan Rodrigues Da Silva/ R$ 10.908,40; Gracilene Romana Da Silva/ R$ 5.016,60; Irene Gomes De Souza Silva/ R$ 12.188,37; Irineu Fernandes De Souza/ R$ 4.452,49; Ivanio Fernandes De Sousa/ R$ 19.999,70; Janderson Barbosa Da Silva/ R$ 2.384,11; Jânio Cezar Mendes Da Silva/ R$ 19.994,25; Jeferson Oliveira Lopes/ R$ 11.141,39; Jhon Mendes Nogueira/ R$ 16.589,06; João Gilberto Ribeiro De Menezes/ R$ 6.959,65; João Lucas Gonçalves Brito/ R$ 19.998,36; João Medeiros De Barros Neto/ R$ 3.015,00; João Ronaldo Da Silva/ R$ 16.917,00; José Alves Barbosa/ R$ 1.447,09; José Antonio Da Silva/ R$ 19.994,56; José Correia Lima/ R$ 13.476,20; José Francisco Da Cruz/ R$ 5.109,14; José Gentil Alves/ R$ 3.016,70; José Maria Barbosa/ R$ 11.320,70; José Milton Fernandes De Souza/ R$ 19.208,25; Jubiliana Barbosa De Souza/ R$ 2.300,85; Leandro Da Silva Santos/ R$ 12.657,99; Marco Aurelio De Jesus Pinto/ R$ 8.633,14; Maria Das Neves Ferreira Da Silva/ R$ 2.688,52; Maria De Lourdes Romana Soares/ R$ 4.952,01; Maria Do Rosário Fernandes De Souza/ R$ 14.824,90; Maria Eva Da Silva/ R$ 10.342,30; Maria Ilda Pereira De Oliveira Silva/ R$ 19.996,20; Maria José Da Silva/ R$ 19.553,17; Maria Neuza De Jesus Silveira Barbosa/ R$ 19.996,20; Maria Nice Francisca De Souza/ R$ 13.687,50; Marli Crisostomo Santos Silva/ R$ 14.884,28; Marli Gomes De Souza/ R$ 19.918,20; Marluce Barbosa Alves/ R$ 5.322,42; Nilson Ramos Pereira/ R$ 13.366,80; Olivia Ferreira Borges/ R$ 5.711,91; Patricia Pereira Da Silva Marques/ R$ 15.514,28; Pedro Soares Da Cruz/ R$ 19.983,81; Rufino Fernandes De Souza/ R$ 14.504,73; Sabrina Thais Souza/ R$ 19.984,13; Sidnei Evangelista Rodrigues/ R$ 3.795,77; Silvia Santos Souza/ R$ 18.690,69; Valdir Ferreira De Souza/ R$ 19.997,90; Vanelle De Muniz Nunes/ R$ 6.941,75; Vertudo José Rodrigues/ R$ 10.920,51; Zilma Maria De Oliveira Silva/ R$ 17.677,52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
Aviso de Adiamento. Concorrência Pública Nº 05/2019 – Processo de Compra nº 321/2019 - O Superintendente de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paracatu, torna público que por motivo de ORDEM ADMINISTRATIVA a abertura da Concorrência Pública Nº 05/2019, anteriormente marcado para o dia 06 de abril de 2020, às nove horas, fica **ADIADA** para o dia **12/05/2020**, às 09:00 hs. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (38) 3679-0905 ramal 233 ou 241 **e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br**.
Paracatu (MG), 23 de fevereiro de 2020.
Lúcio Prado Ferreira Gomes. Superintendente de Licitações e Contratos.

MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/ME nº 02.578.564/0001-31 - NIRE 31.300.025.969
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam os senhores acionistas da MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar na sede da Companhia, na Avenida Barão Homem de Melo nº 2.222, 8º andar, sala 802, letra B, bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no dia 01 de abril de 2020, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente), bem como seus respectivos termos e condições; e 2. Deliberar sobre a autorização à Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais com poderes para tanto, a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação da Emissão, especialmente para: (i) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures; (ii) contratar o Banco Bradesco BBI S.A. para desempenhar a função de instituição intermediária da Oferta Restrita; (iii) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão, bem como quaisquer aditamentos aospertinentes documentos; (iv) tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação da Emissão das Debêntures e da Oferta Restrita; (v) contratar os demais prestadores de serviços para a Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores legais, entre outros; e (vi) ratificar eventuais atos já praticados pela Diretoria da Companhia nos termos das deliberações a serem tomadas. Instruções Gerais: (a) Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, todas as informações e documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas; e (b) Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Pede-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues, na sede da Companhia, no mínimo 24 horas antes da Assembleia Geral Extraordinária. Belo Horizonte, 25 de março de 2020. Ricardo Efroim Zatz Blas - Diretor Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITACARAMBI/MG
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020
A Câmara Municipal de Itacarambi/MG, em razão das medidas de prevenção e enfrentamento da transmissão do novo Coronavírus (COVID-19) determinadas pelos órgãos de saúde pública, torna público a suspensão, por prazo indeterminado, do PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria contábil.
João Paulo Campos de Sá
Presidente da Câmara
Municipal de Itacarambi.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial
Registro de Preço - nº 34/2020
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 34/2020. Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 123/06. Objeto:** Eventual contratação de empresa especializada para ministrar cursos de capacitação/qualificação profissional para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Renda do Município de Nova Lima. Data de realização **06/04/2020 às 09:00h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações**.
Nova Lima, 24 de março de 2020.
A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial
Registro de Preço - nº 156/2019
O Município de Nova Lima comunica a revogação do Pregão Presencial Registro de Preço - nº 156/2019. Objeto: Eventual aquisição de microcomputador desktop´s, notebook´s e HD´s para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Lima, destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14.
Nova Lima, 23 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Edital de Pregão Presencial - nº 144/2019
O Município de Nova Lima torna público a revogação do Edital de Pregão Presencial - nº 144/2019, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para executar instalação de proteção em tela no Viaduto sobre o Ribeirão dos Cristais, MG 30, no Município de Nova Lima, devido manutenção na rede elétrica na região central do Município, impossibilitando a abertura da sessão.
Nova Lima, 23 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 149/2019
O Município de Nova Lima torna público a revogação do Pregão Presencial nº 149/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para execução de 323,85 ml de cerca em arame liso, visando a proteção da área APP (Área de Proteção Permanente) onde ocorreu canalização de córrego no Município de Nova Lima.
Nova Lima, 23 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 27/2020
O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial nº 27/2020. Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de plantio de mudas de forrageiras no canteiro central, plantio de diversas mudas de árvores nos bordos laterais e da revitalização do gramado existente, incluindo toda a manutenção do que foi plantado e a irrigação com caminhão pipa, na rodovia MG 030 no trecho compreendido entre o trevo de acesso para Avenida Presidente Kennedy no bairro Cabeceiras, até o trevo de acesso para a Avenida Oscar Niemayer no bairro Vila da Serra no Município de Nova Lima. Data de realização **07/04/2020 às 09:00h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações**.
Nova Lima, 24 de março de 2020.
A Pregoeira

MUNICÍPIO DE CURVELO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de 1(uma) quadra poliesportiva com cobertura metálica, arquibancadas, palco e vestiários, com fornecimento de materiais, na Escola Municipal Lúcio Cardoso, Município de Curvelo/MG – Protocolo Envelopes Habilitação e Proposta: até dia 15/4/20 às 8h30min. Abertura: 15/4/20 às 9h. Inf./retirada Edital: Deptº. Suprimentos – (38)3722-2617. Av. D. Pedro II, 487, Centro, 2ª a 6ª feira, de 8 a 10 e 12 a 18h.
Curvelo, 24/3/20. – Valquíria M. D. – Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 005/2020
O Município de Itaobim/MG - torna público que realizará licitação na Modalidade Concorrência Pública - Tipo: menor preço Global - para **Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para execução de Obra de Pavimentação de vias públicas**. Abertura dos envelopes dar-se-á no dia: **29/04/2020, às 08h30min**. As cópias do **Edital nº. 021/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 005/2020 - PAL Nº. 023/2020**, bem como esclarecimentos e informações poderão ser obtidos no Depto. Municipal de Licitação e Patrimônio - Rua Belo Horizonte, 360, Centro, CEP: 39.625-000, Itaobim/MG, Fone: (33) 3734-1157. E-mail: licitacao@itaobim.mg.gov.br. Edital disponível pelo site: www.itaobim.mg.gov.br. Célio Geraldo Dutra Menezes - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.822.767/0001-08 - NIRE 31.300.025.055
Aviso aos Acionistas
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., sociedade por ações com sede à Av. Joaquim André, 361, bairro Santa Clara, na cidade de Divinópolis/MG, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.822.767/0001-08 ("Companhia"), na sua sede e nos sites da Companhia e da CVM na Internet, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Divinópolis, 24 de março de 2020.
A Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/MG
Processo 014/2020 Tomada de Preço 001/2020 – Tipo: Menor Preço por Empreitada Global – Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Obra de Construção do Parque de Exposição – Convênio 872293/2018 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – FICA PRORROGADO POR TEMPO INDETERMINADO – Informações/edital: Avenida 1º de Janeiro, 1748 – Centro – Araújos/MG – Telefone (37) 3288-3010 – licitacao@araujos.mg.gov.br O edital, na íntegra, encontra-se disponível no site www.araujos.mg.gov.br.

MUNICÍPIO DE CURVELO
ERRATA - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica, para elaboração de projetos elétricos, de acordo com as exigências da CEMIG, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, para a execução de obras de extensão de Rede de Iluminação Pública na zona urbana e rural. A CPL informa errata do edital à disposição dos interessados, Av. D. Pedro II, 487, Centro, 2ª a 6ª feira, de 8h a 10h e de 12h a 18h. Na oportunidade, fica redesignado: Protocolo dos envelopes de habilitação e proposta: até o dia 16/4/20 às 8h30min; Abertura: 16/4/20, às 9 horas.
Curvelo, 23/3/20. Valquíria M. D. - Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA/MG
PUBLICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO
Nº. 000018/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 000004/2020
O Município de Manga-MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 14/04/2020 09:00:00, em sua sede a Praça Coronel Bembem, nº. 1477, Centro, Manga-MG, licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para **Contratação de empresa para execução de pavimentação em blocos de concreto sextavado, em ruas da Sede deste Município**, conforme especificações constantes do edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Departamento de Licitações e Contratos, no referido endereço, no horário de 08:00 horas as 12:00 horas, de segunda à sexta feira, sendo dia útil, podendo também ser solicitado através do e-mail: licitacaomanga@gmail.com, bem como pelo site www.manga.mg.gov.br. Telefone: 38-3615-2601.
MangaMG, 23 de março de 2020.
Thais Lopes de Lacerda - Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 909/2019
OBJETO: Prestação de serviços de gerenciamento informatizado de frota (implantação, gerenciamento eletrônico e administração destinado à manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamento do Munícipio em geral, referente às peças e serviços) em atendimento a SMAAD. O Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração do edital, e que a mesma influencia na elaboração da proposta a sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia _14/04/2020, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Informa ainda, que edital encontra-se no sítio da Prefeitura Municipal de Uberlândia no link Licitações e no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, que será republicado, nos termos do §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993.Uberlândia, 24 de março de 2020.DANIEL DE ALMEIDA.Pregoeiro

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A finalidade desta é convocar os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia **30 (trinta) de abril de 2020, às 10:00 (dez) horas**, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, situada na Av. Dom Luiz Maria de Santana, n.º 146, bairro Santa Marta, nesta cidade de Uberaba/MG., objetivando a deliberação referente a seguinte ordem do dia:
I – ORDINÁRIA:
A) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
B) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.
II - EXTRAORDINÁRIA:
A) Outros assuntos de interesse da Companhia.
Uberaba/MG.,17 de março de 2020.
Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
Denis Silva de Oliveira – **Diretor Presidente**
Evaldo José Espíndula – **Diretor Executivo**

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 2A9B-75E4-F6AC-B5F9.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE/MG
Aviso de Suspensão dos Processos Licitatórios - Decreto Municipal Nº 012 de 20 de Março de 2020 – O Município de Congonhas do Norte informar a suspensão dos Processos Licitatórios, conforme Decreto Municipal Nº 012 de 20 de Março de 2020. Demais informações no site: www.congonhasdonorte.mg.gov.br, e-mail: licitacao@congonhasdonorte.mg.gov.br ou Telefone (31) 98415-1297.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG - Aviso de Suspensão - Pregão 010/2020 - O Município de Presidente Juscelino/MG comunica a suspensão temporária do Processo Licitatório nº. 024/2020 - Pregão Presencial nº. 010/2020, objeto: Aquisição de veiculo novo, zero km. Justifica que a suspensão é devido ao Decreto nº 016 de 23/03/2020, em decorrência da pandemia COVID-19. Presidente Juscelino/MG, 24/03/2020. Ricardo de Castro Santos (Pregoeiro).

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA- Credenciamento 002/2020, A Prefeitura Municipal de Urucuia através do CPL, Torna Público para o conhecimento dos interessados que fica aberto o credenciamento de pessoas jurídicas, Objeto- Prestação de serviços de na área de saúde, para procedimentos cirúrgicos eletivos, consultas e exames na especialidade de Oftalmologia para Cirurgias de Catarata. Edital poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacao@urucuia.mg.gov.br. Urucuia/MG, 24 de Março de 2020. (A) SILVANIO SILQUEIRA DA SILVA - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Aviso de Suspensão de Licitação – Concorrência nº. 01/2020 - Objeto: Concessão onerosa de espaço público para fins de exploração de 01 guichê para venda de passagens na Rodoviária Municipal. Em virtude da pandemia do COVID-19, fica SUSPENSA a Sessão Pública da Concorrência nº 01/2020, prevista para o dia: 25/03/2020 às 08:00hs, baseado no Decreto Municipal nº 1.408/2020 de 16/03/2020.
Porteirinha/MG, 24/03/2020.
Silvanei Batista Santos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Aviso de Suspensão de Licitação – Tomada de Preços nº. 03/2020 - Objeto: Obra de Construção de 02 quadras poliesportivas com alambrado localizadas nas comunidades de Pajeú e Mumbuca, no município de Porteirinha/MG, conforme convênio SEDESE nº 1671000976/2019. Em virtude da pandemia do COVID-19, fica SUSPENSA a Sessão Pública da TP nº 03/2020, prevista para o dia: 01/04/2020 às 08:00hs, baseado no Decreto Municipal nº 1.408/2020 de 16/03/2020.
Porteirinha/MG, 24/03/2020.
Advá Mendes Silva – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE SUSPENSÃO
CREDENCIAMENTO PMI/SMDECTIT Nº 001/2020
O MUNICÍPIO DE ITABIRA comunica aos interessados no **Credenciamento PMI/SMDECTIT 001/2020**, cujo objeto consiste em: **Credenciamento de barraqueiros, do ramo alimentício, interessados no processo de seleção pública para a Cessão de Direito de Uso de Espaço Público, a titulo não oneroso, para fornecimento de alimentos e bebidas, nos eventos do "17° Aniversario do Museu do Tropeiro", Roda Cultural, Roda de Viola,** que estão suspensos todos os prazos do referido Credenciamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Inovação e Turismo.
Itabira, 24 de março de 2020
Tânia Maria de Souza
Secretária Municipal de Administração – Em Exercício

MUNICÍPIO DE CURVELO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 021/2020
Objeto: Registro de Preços para fornecimento de material de informática. Exclusivo ME, EPP ou Equiparadas. Abertura da sessão dia 7/4/20 às 14h, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Propostas até 8h do mesmo dia.
Curvelo, 24/3/20 – Gilvânia A. O. - Pregoeira

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG
Extrato Ata de Registro de Preços nº 001/2020 – Pregão Presencial nº 001/2020 - Objeto: Aquisição de gás GLP, registros e acessórios para reposição. Parte: Carlos Aparecido Pereira da Silva-EPP; VALOR: R$ 39.489,00 - Vigência: 16/03/2021.
Extrato do Contrato da Ata nº 007/2020 – Pregão Presencial 004/2019 - Objeto: aquisição de gases medicinais para atender as necessidades do Hospital municipal de Bocaiúva/MG. Parte: White Martins Gases Industriais Ltda – Valor R$ 210.298,70 – Vigência: 31/12/2020
Extrato do Contrato da Ata nº 006/2020 – Pregão Presencial 003/2019 - Objeto: aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) para atender as necessidades do Hospital municipal Dr. Gil Alves de Bocaiúva/MG. Parte: Lu & Di Gás Ltda – ME – Valor R$ 15.028,00 – Vigência: 31/12/2020
Retificação de extrato do Contrato nº 005/2020 – Inexigibilidade nº 004/2020 - Objeto: contratação de empresa especializada na manutenção corretiva do aparelho CR – digitalizador de imagens radiográficas – MODELO REGIUS 110HQ, série 0404-50248, com aquisição de peças ao Hospital Municipal DR. Gil Alves de Bocaiúva/MG, acrescenta-se: Parte: Konica Minolta Healthcare do Brasil Industria de Equipamentos Médicos Ltda Valor R$ 8.395,00 – Vigência: 31/12/2020

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 091/2020
OBJETO: Aquisição de ventiladores pulmorares pressométrico e volumétrico em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.A Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração do edital, e que a mesma influencia na elaboração da proposta a sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 06/04/2020, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Informa ainda, que o detalhamento das alterações encontra-se no sítio da Prefeitura Municipal de Uberlândia no link Licitações e no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, que será republicado com as devidas alterações, nos termos do §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993.Uberlândia, 20 de março de 2020.MARIA BARBOSA POLICARPO.Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS MACHADOS/MG
Aviso de Licitação –Pregão Presencial nº 07/2020 – Exclusivo para MPE - Objeto: Aquisição parcelada de materiais médicos hospitalares em atendimento a secretaria de saúde desta municipalidade. Dia da licitação: 06/04/2020 às 09:00hs. Local: Praça Santo Antônio, 01–Centro, Riacho dos Machados/MG. Edital disponível no site www.riachodosmachados.mg.gov.br e no setor de licitação da prefeitura. Maiores informações (38) 3823-1112.
Riacho dos Machados/MG, 23 de março de 2020.
Elton Marques de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS/MG
Comunica aos interessados que o Proc. Licitatório nº 010/2020, Pregão Presencial nº 004/2020, Registro de Preços nº 004/2020. Objeto: "Eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente, destinados a atender às necessidades da Prefeitura M. de Caetanópolis", marcada para o dia 25/03/2020 às 08:00 horas, na sala de licitações, ESTÁ SUSPENSO POR TEMPO INDETERMINADO, afim de evitar aglomerações e inibir a propagação do vírus COVID-19. Maiores informações: tel.(31)3714-7399, e-mail:licitacoes@caetanopolis.mg.gov.br.
Sormane Fernandes da Silva
Secretário M. de Administração.

FHR
FUNDAÇÃO HILTON ROCHA
(31) 2138 0902
(31) 2138 0900 - SUS
contato@hiltonrocha.com.br
fundacaohiltonrocha.com.br
EXCELÊNCIA OFTALMOLÓGICA AO ALCANCE DE TODOS!
Tratamento médico, clínico e cirúrgico.
Departamentos especializados em córnea, retina, estrabismo, glaucoma, uveítes, lentes de contato, órbita, oftalmopediatria.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 8E42-EBAE-02F2-522F.